

SESSÕES DO PLENÁRIO

2ª Sessão Ordinária da Convocação Extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 07 de janeiro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. GILBERTO BRITO *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. PROFESSOR VALDECI *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Oliveira Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliedson Ferreira, Eliana Boaventura, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Ferreira Ottomar, Fernando Torres, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J.Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Roberto Muniz, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virginia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica, Zé das Virgens e Zé Neto (63).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Gostaria de colocar em votação as atas das sessões ordinárias 85ª, 86ª, 87ª, 88ª, 89ª, 90ª, 91ª, 92ª, 93ª e 94ª dos dias 8, 13, 14, 15, 16, 20, 21, 22, 28 e 29/10/2008, respectivamente; 95ª, 96ª, 99ª, 100ª, 101ª, 102ª, 104ª e 105ª dos dias 3, 4, 11, 12, 17, 18, 20 e 24/11/2008, respectivamente; das sessões especiais 26ª, 27ª e 28ª dos dias 16, 23 e 30/10/2008, respectivamente, e 29ª, de 13/11/2008; e os termos de abertura dos dias 15/09/2008, 23 e 30/10/2008 e 6 e 13/11/2008.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) aprovados.

Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Gilberto Brito, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Gaban, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 01, 02, 03, 09, 10 e 15/12/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Nelson Leal, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 24/11, 09 e 11/12/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Eliedson Ferreira por até 5 minutos.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores que nos assistem das Galerias Paulo Jackson, servidores desta Casa, telespectadores da *TV Assembléia*, entre os projetos da pauta desta convocação extraordinária consta o da Polícia Civil. Por isso, os policiais civis têm vindo diariamente a esta Assembléia manifestar a ansiedade deles para que esse projeto seja aprovado. Entretanto eles querem que sejam atendidas as reivindicações que estão fazendo.

Temos acompanhado o noticiário e visto o quanto o povo baiano está sofrendo por causa da falta de investimentos na Segurança Pública do nosso Estado. É necessário que se ouça atentamente as reivindicações dos profissionais da Segurança, sobretudo dos agentes, aqueles que estão na ponta do combate à criminalidade. São eles que saem de casa com a missão de combater a criminalidade, de garantir a segurança da população, sem nenhuma estrutura, sem nenhuma condição que lhes garanta que voltarão para suas esposas, para seus filhos.

É importante que nós deputados não votemos essa proposição sem ouvir a classe, sem que se acrescente a este projeto as emendas que se fazem necessárias e sem que se excluam aquelas que a classe tem dito que vão prejudicar os servidores.

É muito importante que todo projeto que for ser votado nesta Casa seja amplamente discutido, porque não podemos votar determinados projetos açodadamente sem ouvir os principais interessados, para que nós não venhamos a criar problemas maiores do que aqueles que já estamos vivendo.

A capital baiana tem sido destaque nacional no que diz respeito ao aumento da criminalidade, e a Bahia como um todo também. Não vemos no Orçamento que foi votado nesta Assembleia o crescimento dos investimentos na segurança pública, o que deveria acontecer, uma vez que a criminalidade vem crescendo. O que se espera é

que eles sejam feitos no aparelhamento da área para que os policiais possam ir às ruas combater a criminalidade. É fundamental que tais recursos cresçam, pois, enquanto a criminalidade cresce neste Estado, o investimento no setor tem diminuído. E essa matemática é difícil de ser compreendida, principalmente num governo que chegou ao poder alimentando nas classes trabalhadoras, na população como um todo uma esperança de melhora, de novos tempos.

Então quero chamar a atenção dos deputados para que ouçamos com atenção as reivindicações dos policiais civis para que este projeto que será votado nestes dias não seja votado sem que elas sejam atendidas.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Convido o deputado pastor Ubaldino a presidir a sessão para que eu possa me ausentar.

Com a palavra o nobre deputado do PCdoB, Partido Comunista do Brasil, Álvaro Gomes, que gostaria de ir para Gaza, mas infelizmente estamos em convocação extraordinária e não podemos liberá-lo.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- O nobre presidente Marcelo Nilo está oferecendo uma viagem diplomática para que eu vá à região de Gaza, mas já falei que vou continuar aqui neste momento importante de votação dos projetos. Portanto, fica para outra oportunidade essa viagem ao Oriente Médio.

Por falar em Gaza, gostaria que fosse inserida nos Anais deste Legislativo uma matéria do nosso camarada José Reinaldo Carvalho, que é secretário de Relações Internacionais do nosso partido, sobre a situação da região. Essa reportagem foi publicada no Portal Vermelho do Partido Comunista do Brasil e começa falando o seguinte:

(Lê) *“Crescem em todo o mundo os protestos contra o genocídio que o estado terrorista de Israel está perpetrando há quase duas semanas contra o povo mártir da Palestina em Gaza. Na semana passada 150 mil pessoas saíram às ruas em Tel Aviv e Sakhnn condenando o massacre. Na Cisjordânia mais de mil pessoas manifestaram-se para 'protestar em paz contra os ataques de Israel e o silêncio dos líderes árabes”, conforme declarou ao jornal brasileiro “O Estado de S. Paulo” (07 de janeiro de 2009) o pacifista palestino Mustafá Bargouthi. No Líbano, na Síria, no Egito, no Irã, por todo o Oriente Médio multiplicam-se as mobilizações e espraia-se a ira dos árabes contra os governos de Israel e dos Estados Unidos.”*

Portanto, esse é um artigo do nosso camarada José Reinaldo, que retrata a situação da região protestando contra o massacre do Estado terrorista de Israel contra o povo palestino.

Gostaria de dizer que nós estamos num momento muito importante, que é o momento de convocação extraordinária para a apreciação de 25 projetos nesta Casa Legislativa. Naturalmente, ontem, nós aprovamos três projetos, e a tendência é que essa convocação extraordinária seja bastante produtiva, aprovando os projetos de grande importância, como a Lei Orgânica da Polícia Civil, o projeto da Defensoria Pública, o da saúde, o da Procuradoria Geral do Estado, entre tantos outros. Todos

esses projetos foram elaborados pelo governo do Estado ouvindo as entidades representativas de cada segmento.

São projetos que chegam a esta Casa após um processo amplo de discussão com as entidades representativas. É claro que alguns ajustes podem ser feitos durante a tramitação, e se houver necessidade de fazer ajustes nós precisamos ver exatamente quais são para aperfeiçoar esse projetos. Existem questões pontuais, existem questões que podem ser analisadas para que terminemos a convocação extraordinária com a aprovação de todos esses projetos. O da Polícia Civil já chegou aqui, e o governo continua discutindo e vendo os ajustes necessários para que ele seja aprovado. Deverá ser aprovado na próxima semana, nos próximos dias e, sem dúvida nenhuma, nós teremos aqui uma lei bastante avançada e que significa um avanço não apenas para a Polícia Civil, mas significa um avanço para a segurança pública no Estado da Bahia.

Portanto, este é o nosso desafio: aprovar todos esses projetos e, se necessário, fazer ajustes para aperfeiçoar na medida do possível.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra ao nobre deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, deputada Marizete, Srs. Deputados, chega às raias do absurdo a capacidade do Sr. Governador do Estado de se descolar da realidade. O Sr. Governador do Estado, no seu passeio ontem e no seu banho de mar na praia de Inema, segundo o noticiário da imprensa, tratou do problema, deputado Heraldo Rocha e deputado Eliedson que acabou de se referir a este assunto, da violência na Faixa de Gaza.

Ora, Sr. Governador, Salvador vive uma tragédia nesta questão da violência. Ora, Sr. Governador, no seu primeiro ano de gestão houve um aumento dos assassinatos em Salvador e na Região Metropolitana de cerca de 45%. Ora, Sr. Governador, nesse seu segundo ano de desgoverno, nesse seu segundo ano de incompetência, nesse seu segundo ano de vagareza, há um aumento de 35% sobre aqueles 40% de 2007. O Sr. Governador, que passeia durante a semana, que vai tomar banho de mar durante a semana, quando deveria estar trabalhando na Governadoria, dedica parte do seu tempo, do seu passeio, para falar da Faixa de Gaza.

O problema em Salvador, Sr. Governador, é maior do que o problema, hoje, da Faixa de Gaza. Nós vivemos, hoje, uma situação de intranquilidade maior do que vivem judeus e palestinos naquela área de conflito e, quando digo que houve um aumento de assassinatos em Salvador, no ano de 2007, de 40% e, no ano de 2008, de 35%, eu não estou falando, não estão incluídos aí, os diversos tipos de morte e violência advindos do que a polícia chama de confronto policial, porque todas essas pessoas chacinadas pela Polícia, seja ela Militar ou Civil, não entram nas estatísticas como assassinatos, mas sim, como mortes decorrentes de confronto policial.

Infelizmente, o nobre deputado Fernando Torres, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança, ainda não chegou ao Plenário, mas eu conversarei com o deputado Fernando Torres e convido os nossos companheiros da Bancada de Oposição para subscreverem esse requerimento para que a Secretaria da Segurança

Pública informe quantas pessoas morreram em confronto com a polícia nos anos de 2007 e 2008.

Com certeza, deputado Eliedson, esse será um número que também vai beirar as raias do absurdo, porque tudo que diz respeito hoje à questão da segurança na Bahia chega às raias do absurdo.

E o que é de se estranhar também, cadê a Ordem dos Advogados do Brasil, cadê a OAB, que não se pronuncia sobre a questão da insegurança em Salvador e na Região Metropolitana? Cadê as entidades do movimento negro, que não se pronunciam a respeito da matança de jovens afro-descendentes, do extermínio que ocorre, no governo Wagner, de afro- descendentes? Todas caladas. Será que é porque estamos perto do Carnaval e muitas dessas entidades dependem das subvenções do governador de plantão? É um dever do governo pagar essas subvenções. Mas fazem, e Wagner faz isso muito bem, de forma humilhante para que o movimento negro fique de cabeça baixa em relação ao extermínio de jovens afro-descendentes nesta terra.

Sr. Governador, tudo bem que a sua opção seja passear e tomar banho de mar na aprazível praia de Inema, mas que usasse o tempo para conversar com o presidente Lula, não sobre a Faixa de Gaza, mas sobre a violência que se abate sobre a Cidade do Salvador.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra ao nobre deputado Bira Coroa pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras servidoras, senhores e senhoras da imprensa, senhores visitantes, faço uso da palavra neste momento para destacar aqui o dia de hoje como um dia importante para o município de Camaçari. Hoje, se comemora o dia do padroeiro do município de Camaçari, o dia de São Tomás de Cantuária. No dia de hoje, o município festeja a sua maior comemoração religiosa, católica, iniciada na manhã de hoje, com alvorada de fogos e seguida de uma missa, logo pela manhã, na igreja matriz. Agora, Às 16 horas, uma procissão saindo do bairro do Triângulo, percorrendo quatro bairros em direção ao Centro, a Igreja de São Tomaz, onde é celebrada uma missa campal, marcando assim um novenário de comemorações ao dia de São Tomaz.

É uma data histórica para o município e também se tornou uma ação social e política. O deputado João Carlos Bacelar conhece muito bem essa festa, já a prestigiou muito. Infelizmente, certas dificuldades nos impedem de contribuir com ela, de estarmos presentes no dia de hoje; até comentamos sobre este assunto no início desta sessão. É um ato em que as representações políticas do município se fazem presentes, com destaque para a participação de toda a sociedade do município de Camaçari. É uma festa que deve ser destacada como bela não apenas como comemoração religiosa, mas um ato cívico do município de Camaçari. Por isso, Sr. Presidente, eu não podia deixar de registrar nesta Casa a importância dessa data e a

força do catolicismo naquele município somada a outras religiões que também contribuem com essa festa em participação ou em intervenção.

Sr. Presidente, quero também aproveitar para destacar mais uma vez a importância desse período de convocação extraordinária desta Casa, porque durante esse período estamos tendo a oportunidade de debater e aprovar projetos de lei importantes e estratégicos para a sociedade baiana, em especial para o funcionalismo público do Estado da Bahia. É de se destacar que 12 projetos atendem diretamente a regulamentação estrutural, funcional ou de vencimentos econômicos da categoria de servidores públicos. Esse fato deve ser destacado, porque muitas das categorias de servidores públicos de nosso Estado sequer estavam regulamentadas, a exemplo, mais um vez quero pontuar, da lei orgânica de funcionamento da Polícia Civil do nosso Estado. Isso tem que ser comemorado como uma grande vitória, porque são 40 anos de luta, de espera; 40 em que a sociedade baiana tem um serviço prestado pelos servidores públicos deste Estado, no que tange a garantia da segurança pública, sem sequer serem reconhecidos por parte do próprio Estado, pela regulamentação e pela valorização da categoria.

Por isso, Sr. Presidente, nobres deputados, estamos num momento estratégico e importante, e nada mais justo que esta convocação, para garantirmos direitos constitucionais das categorias dos servidores públicos, além dos demais projetos estratégicos e importantes que serão debatidos e discutidos ao longo de todo esse período. Sem dúvida, hoje tem sido questionado, amanhã será destacado como um momento estratégico, importante e de valorização desta Casa no cumprimento dos seus deveres.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, teleouvintes da *TV Assembleia Legislativa*, radiouvintes da Rádio Oposição, visitantes que nos honram com suas presenças nas Galerias Paulo Jackson, há pouco ouvimos o deputado João Carlos Bacelar, mais uma vez, colocar a posição da nossa bancada a respeito da violência e criminalidade que acomete a população baiana.

Há pouco conversava com o deputado João Carlos Bacelar e estamos preparando através da nossa assessoria um requerimento às organizações como OAB, sessão Bahia, ao Movimento Negro, aos Conselhos de Direitos Humanos, ao Conselho da População Afro-Descendente, ao Conselho Nacional de Justiça e a todos os segmentos- inclusive a ONU- sobre a grave situação que o Estado da Bahia atravessa com relação a violência e criminalidade.

A Oposição não vai se cansar, não vai se quedar perante essa omissão do governo Jaques Wagner. Não basta mudar a cor da viatura, não basta mudar o comandante da Polícia Militar, não basta mudar o delegado chefe.

Governador, o Sr. precisa começar a governar. Desça do palanque e assuma a

situação de insegurança que vive a população baiana.

Se isso não bastasse, recebi hoje vários *e-mails*- no decorrer da sessão trataremos de mais um crime constitucional cometido por este governo dito republicano, dito democrático contra o servidor público do estado da Bahia.

O governador Jaques Wagner pretende suprimir do servidor público do Estado o direito assegurado constitucionalmente da estabilidade econômica- esse mesmo trabalhador que usou seu boleto para se eleger, que disse que traria e que respeitaria os seus direitos. Tem uma PEC que está na Casa- conselho e apelo a liderança do governo para retirá-la, pois é mais um crime constitucional contra o trabalhador funcionário público do Estado da Bahia.

A Constituição do Estado da Bahia, no seu Art. 39, busca proteger o poder aquisitivo do servidor, determinando:

“Ao servidor que exercer por 10 anos, contínuos ou não, cargos em comissão e funções de confiança é assegurado o direito de continuar a perceber, no caso de exoneração ou dispensa, como vantagem pessoal o valor do vencimento correspondente ao cargo de maior hierarquia, que tenha exercido por mais de 2 anos contínuos, obedecido para o cálculo, o disposto em lei”.

Para o atual governador republicano, democrático, que não teve a coragem de respeitar Salvador não indo para a posse do Exmº Sr. Prefeito, encaminhou para a Assembléia Legislativa o projeto de lei, emenda constitucional 114/2008, para que o servidor que ingresse no serviço público não seja alcançado por esse dispositivo. Isso significa que esse servidor não terá o seu poder aquisitivo protegido pela legislação.

O tal projeto, caso aprovado, para concluir, pois voltarei ao assunto durante o recesso, nesta convocação extraordinária, determinará que : “ Art. 1º – a vantagem pessoal de que trata o art. 39 da Constituição do Estado da Bahia não será devida aos servidores públicos efetivos que tiverem ingressado na Administração Pública direta, autárquica e fundacional a partir da data da publicação desta emenda”.

Srs. Parlamentares, V.Exªs, principalmente os da base aliada, são vinculados às categorias, têm suas eleições feitas nos sindicatos,...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Concluirei, nobre presidente.

(...) observem o clamor do servidor público do Estado da Bahia, vejam a que ponto chegou este governo ao enviar esta PEC. Vamos ter serenidade, vamos ter calma, não vamos colocar esse projeto de lei em pauta, pois isso trará sérios prejuízos. Voltaremos ao assunto no decorrer da sessão.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):-Convido o nobre companheiro, amigo, irmão, pastor Isaac para recompor a Mesa porque o nobre deputado Gilberto Brito falará pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Deputado presidente Ubaldino, com a força espiritual que lhe é peculiar, V.Exª já nomeia ou consagra o nosso estimado deputado

Isaac como pastor. Certo que não pastor religioso, mas o pastor que incute em seus amigos, aqueles que o circundam, bons exemplos de vida, o que o faz, certamente, um pastor de exemplos.

Quero, no ensejo, cumprimentar o Professor Valdeci, arrancado lá do Oeste baiano, de Santa Maria da Vitória, e que toma assento na Casa e já no segundo dia destina o seu tempo e a sua boa vontade na composição da Mesa dos trabalhos. Quero, pois, cumprimentá-lo, desejar-lhe sucesso e dizer que esta Casa é uma mistura de todos que representam a Bahia com suas vertentes, com suas vocações, com suas lutas. Não sei da sua história, mas por certo os de Santa Maria sabem e, por justiça, V.Ex^a aqui se encontra. Boa sorte e felicidades.

Estimado deputado Bira Coroa, já ultimando o ano de 2008, aprovamos aqui o projeto de lei oriundo do governador Jaques Wagner em que o Estado assume a proteção financeira das Escolas Famílias Agrícolas. Uma das coisas mais bem pensadas, mais bem concebidas para o bem da educação universal, pois ela abrange inúmeros países, inúmeras nações. E não foi gratuitamente que ela surgiu na França, um dos países mais civilizados do mundo.

E como essa ajuda financeira irá propiciar mais tranquilidade para o bom funcionamento das Escolas Famílias Agrícolas, que por certo haverão de ser estendidas a outros municípios, como algumas pessoas já vêm-se manifestando, eu que sou um grande admirador, devotado à causa e que de algum modo contribuí para que tal acontecesse, tomei agora a iniciativa, deputado Bira, para que a Secretaria da Integração, que tem à frente o querido amigo secretário Edmon, contrate, deputado Isaac, técnicos qualificados em projetos de execução de barragens subterrâneas, para que esses técnicos possam ministrar orientações para os alunos das escolas Família Agrícola, deputada Marizete, e esses possam ser multiplicadores. É uma técnica simples, mas requer orientação. E assim o fazendo, os próprios alunos, as próprias alunas aprendem e poderão, quando dos 15 dias que passam em casa, colocar em prática o aprendizado doutrinário da escola. Eles poderão exercitar isso. E já há disponibilidade do governo, por intermédio da CAR, na pessoa do querido Dr. César Lisboa, conterrâneo do professor Valdeci. Venha a CAR abraçar os pequenos projetos de barragem subterrâneas para propiciar meio de vida aos que vivem no Semiárido.

Então, quero aqui, mais uma vez, fazer esta colocação quanto ao fato de termos protocolado nesta Casa uma indicação nesse sentido. Previamente tive o cuidado de conversar com o secretário Edmon e com o diretor da CAR, Dr. César, e ambos foram receptivos à nossa proposição. Quando fizemos, de quando em vez, uma barragem subterrânea, por falta de orientação técnica..., mas dentro em breve, a partir do momento que os alunos da Escola Família Agrícola absorverem as orientações técnicas de como forjar um projeto e a execução dele para a concretização de barragem subterrânea, teremos mais garantia, mais bem-estar, principalmente os que vivem no Semiárido. Fico feliz pela acolhida do secretário Edmon e do nosso diretor, Dr. César Lisboa, numa prova incontestada da boa vontade, da deliberação do governo em acolher coisas consistentes, práticas e objetiva para minimizar as angústias daqueles que enfrentam as adversidades da vida e do tempo.

É o que eu tinha a colocar, nobre deputado Ubaldino, que preside esta sessão e que já elevou o nosso deputado Isaac à condição de pastor e tem ao lado a serenidade do professor Valdeci, que, brevemente, em convivendo com V.Ex^a, haverá também de ser ungido à condição tal.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o nobre deputado Yulo Oiticica, pelo tempo de 5 minutos. Convido a nobre amiga, deputado Neusa Cadore, para recompor a Mesa ocupando o lugar do nosso professor Valdeci.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, mesmo com a mudança, permanece ainda uma Mesa ecumênica, tendo em vista que temos um católico, um evangélico e um judeu coordenando os trabalhos desta nossa importante sessão.

De fato, o governo Jaques Wagner ontem, na praia de Inema, junto com o presidente Lula, demonstra, sem dúvida, o seu vigor físico, além disso esta Casa pode presenciar, nesta convocação extraordinária, o vigor político do governo Jaques Wagner, quando, neste período, estaremos debatendo 25 projetos, deputado Isaac, de extrema relevância para a sociedade baiana – direitos negados por tanto e tanto tempo. V.Ex^{as}, deputados Isaac e Neusa, do interior do Estado, sabem da dificuldade, por exemplo, que têm os nossos alunos. V.Ex^a, inclusive, sendo prefeita da cidade de Pintadas, brilhante prefeita por duas vezes daquela cidade, sabe da dificuldade que têm os alunos das comunidades rurais e a incapacidade, muitas vezes financeira, de a prefeitura garantir a condução escolar. Esse é um dos 25 projetos em que votaremos nesta convocação extraordinária. A Lei Orgânica da Polícia Civil que há 40 anos existia aqui, sem uma regulamentação. Aprovamos antes da convocação extraordinária a lei da Polícia. A Bahia era um dos 9 Estados que ainda, deputado Bira Coroa, prevalecia a lei da ditadura militar, sob uma instituição tão importante como é a Polícia Militar.

Estaremos debatendo 3 projetos da Defensoria Pública, órgão de fundamental relevância na defesa e garantia dos direitos humanos, que tem se espalhado por todos os cantos do nosso Estado, graças a uma definição política do governador Jaques Wagner. E chega a esta Casa 3 projetos relacionados a esta questão tão importante.

O projeto Luz para Todos que aprovamos ontem, quase 2 bilhões a mais para uma política tão importante, prioridade do governo Lula e também do governo Wagner. No governo passado, a Bahia, era o Estado da escuridão e da fome. Hoje, metade da sua população recebe o Bolsa Família, graças ao presidente Lula.

Este Estado completamente esquecido quanto às políticas públicas, quanto à metodologia de pensar política com a participação direta da sociedade. Agora temos o PPA Participativo, pela primeira vez na história da Bahia. Por isso é preciso reproduzir a frase do presidente Lula: “Nunca na história da Bahia se pensou política pública de juventude para a juventude e com a juventude.” Fizemos 21 conferências territoriais de política pública para a juventude.

Portanto, deputados e deputadas, esta Casa tem a responsabilidade de debater

as questões de pagamento das dívidas sociais do nosso Estado. Tem que ser parceira do governador Jaques Wagner. E ser parceira é debater, é discutir e naturalmente incorporar idéias, sugestões, via as emendas.

O deputado João Carlos Bacelar, é um exemplo de deputado democrático, republicano. Ontem, ele relatou um projeto, aqui nesta tribuna, e mais uma vez trouxe a esta Casa, deputado João Carlos Bacelar, essa tão importante discussão, sobre a segurança pública do nosso Estado.

Quero, inclusive, dizer a V.Ex^a que apresentei, ontem, o requerimento solicitando uma sessão especial relacionada à campanha da fraternidade de 2009, onde a CNBB nos convoca a esse debate: Segurança Pública e Fraternidade.

Quero crer que essa será uma ação nossa, do Poder, do Poder como tem que ser. E poderemos convocar à esta Casa,- deputado-presidente, Carlos Ubaldino, V.Ex^a será encarregado disso-, representantes de todas as religiões, para que façamos um grande debate ecumênico, à luz da importante espiritualidade de cada credo, com a participação do Secretário de Segurança Pública, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Concluindo, Sr. Presidente, quero apoiar, aqui, o pronunciamento do governador Jaques Wagner, quanto à solidariedade internacional na luta pelos direitos humanos. O que acontece neste momento patrocinado por Israel, na faixa de Gaza, ao povo palestino é uma violência brutal aos direitos humanos, e sem dúvida a solidariedade internacional deve atuar nesse momento. E o governador Jaques Wagner é fiel a isso e convoca a todos os governadores dos Estados brasileiros, o presidente da República deste País, que tem estado na vanguarda do grande debate do mundo, entre os países emergentes, a se posicionarem em solidariedade àqueles brutais assassinatos patrocinados pelo governo israelense. Sem dúvida, é preciso reconhecer o território de Israel, mas não patrocinar a barbárie. O diálogo deve ser sempre o instrumento de condução dos chefes das nações. Gandhi já dizia que “a covardia nunca, mas a guerra jamais!”

Portanto, é um debate pela paz, é a construção de uma cultura de paz que deve mover o mundo e o governador Jaques Wagner, sem dúvida, ontem naquele pequeno momento de lazer deve ter incentivado o presidente Lula, estadista de uma importante Nação, o Brasil, a fazer um grande debate com o mundo em solidariedade ao povo palestino. E se for preciso, deputado Álvaro Gomes, irmos até a Faixa de Gaza ajudar. Fala pretensiosa a minha, mas naturalmente o mundo, os parlamentos mundiais devem, sim, estar solidários na busca da paz mundial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao nobre orador inscrito, deputado Zé Neto, pelo tempo de

25 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, todos os presentes que nos ouvem neste momento, deputado João Bacelar, ouvi a sua fala e nesta semana abri o UOL. Havia seis crianças mortas de uma só família. O primeiro sentimento que move a nossa vida é a humanidade. Seja onde for, temos esse sentimento que deve movimentar os nossos corações, a nossa existência.

Já dizia Fernando Sabino, no livro *Menino no Espelho* - que uso muito, já devo ter comprado uns 20 para dar a meus amigos -, resumindo a obra a três palavras que conduzem a vida: cuidar das pessoas. Acho que esse sentimento deve movimentar a nós políticos, ao repórter que está escrevendo, ao policial que está trabalhando na rua, porque no fundo e no fim somos apenas passageiros no mundo. E, se não cuidarmos das pessoas, não estaremos cuidando do Planeta nem da vida. Depois de envelhecer após uma vida cansada temos de contar algo de bom ou de ruim. Esse fica muito escondido, mas o de bom, tenho certeza, é o que faz com que olhemos para a frente.

O governador Wagner tomou uma posição de estadista. Não foi à toa que tivemos aqui um encontro com 33 líderes importantes na América Latina e no Caribe. Também não foi à toa que inauguramos na Bahia um momento que não é fácil. É difícil, muito difícil, deputado João Bacelar, porque não é fácil a democracia. Mas é, sem dúvida, o melhor regime. É, sem dúvida, o regime que pode traduzir mais proximamente os interesses de uma sociedade, de um Estado e de um povo. Obviamente montar um governo em dois anos para que ele funcione a contento e possa executar nesse tempo o que foi proposto para um período de quatro a oito anos, ou até mais, realmente é difícil.

Mas quando V.Ex^a coloca que o governador deveria estar preocupado com as questões da Bahia, quero dizer-lhe que nunca - digo nunca com tranquilidade - um governo esteve tão preocupado em alterar as estruturas que movimentam especialmente o assunto em que o senhor tocou: a violência. Não haveremos de ver este Estado num momento de paz senão quando o virmos envolvido numa tarefa de Estado, e não de governo, para construir uma segurança pública que não seja só a polícia na rua, que não seja só fantasia, mas acima de tudo dê condição de vida aos cidadãos baianos para que não sejam excluídos e acabem procurando o caminho das drogas, da violência.

O que posso dizer a V.Ex^a é que estamos assistindo a um momento de reformulação muito grande no mundo. O que aconteceu nos Estados Unidos não é um acontecimento que devemos deixar de lado. Vemos hoje um Obama que é fruto dum processo da própria necessidade de um país como os EUA refletir sobre a importância de dar outros passos na política, nas questões raciais e nos relacionamentos com os outros países. E não seria diferente no Brasil com o presidente Lula nem tampouco na Bahia com o nosso governador Jaques Wagner.

Quero lembrar que um desses caminhos que temos de seguir aqui na segurança pública é o da estruturação das carreiras dos policiais civis e militares. Os militares já têm a sua estruturação pronta. Os civis, depois de uma discussão com a base. E aí, deputado Yulo, temos de aplaudir o governador e aplaudir a nós mesmos, porque nós

sociedade, nós do PT, nós da base do governo, nós da base de sustentação, estamos aqui neste instante a construir a nova história da Bahia.

Os policiais civis, assim como foi feito com os policiais militares, hoje estão podendo opinar, deputado João Carlos Bacelar, qual o melhor projeto, qual a melhor condução, opinar através de representantes de peritos, de delegados de policiais civis, opinar qual o melhor caminho. E este governo ouve. Alguém disse aqui noutro dia que este governo ouve demais e que devia fazer. Eu não sei o que é o “fazer”, senão o ouvir também. Porque o ouvir já é o fazer, porque fazer sozinho, isso não deu certo, isso deixou a Bahia no 26º lugar de indicadores sociais. Isso deixou a Bahia em 22º lugar em infra-estrutura. Alguma coisa aconteceu de positivo na Bahia? Aconteceu. Muito mais por força dos empresários do setor privado do que propriamente de uma organização do contexto do governo em função das categorias, em função dos planos, em função dos setores e em função das cadeias produtivas.

O leite é um exemplo disso. São 900 milhões de litros de leite. Há seis anos nós produzimos entre 800 a 900 milhões de litros de leite. O mercado cresceu quase 50%. No Nordeste especialmente com o Bolsa Família, porque o leite passou a ser um alimento do dia-a-dia das pessoas. Aqui na Bahia nós produzimos 900 milhões de litros e consumimos 1 bilhão e 600 milhões. Os 700 milhões de litros nós buscávamos fora e ainda buscamos fora. O que foi feito nesses últimos anos? Nada ou quase nada e se deixou o Estado numa situação hoje buscando 700 milhões litros de leite fora e o nosso produtor, deputada Marizete, não tem a quem vender. Foi a falta da mão, do braço do Estado.

E o que isso tem a ver com a violência, o que isso tem a ver com Gaza, o que isso tem a ver com Israel, por que hoje todos os jornais estão trazendo, como o jornalista João Carlos Teixeira, na página 03 do jornal A Tarde, um ótimo debate sobre a questão de Gaza e Israel, sobre a Palestina? Israel pisou na bola e pisou feio. Esta foto (exibe foto do jornal Folha de S. Paulo), deputado João Carlos Bacelar, agride qualquer pai de família, qualquer ser humano vivo neste mundo. Eu tenho a minha filha, graças a Deus, em casa, com saúde, ligo para ela e posso ouvir “papai” e conversar com ela amenidades do dia-a-dia dela. Para mim, é muito doloroso e qualquer ser humano vivo, que tenha coração, não pode achar que isso pode ser deixado de lado. Quantas crianças, 100 crianças morreram; inocentes, em Gaza, por uma atitude brutal do governo de Israel, uma atitude oportunista, buscando até, no momento eleitoral, fazer-se presente num processo de contexto do poder. Não caberia a este governador, ao governo do Estado da Bahia, 6º Estado do Brasil, ficar de fora deste debate. E a nenhum de nós caberá ficar de fora.

Agora, retornando ao debate sobre a violência na Bahia, V. Ex^a há de lembrar que eu disse agora há pouco que nenhum governo tratou o cerne da violência como estamos tratando. E falei das categorias, e vou colocar outras. Vou colocar que estamos atuando agora para gerar emprego e renda. Na minha cidade, por exemplo, criamos o CIS, são 26 novas empresas trazidas para Feira. Agora há pouco estava levantando com o secretário Rafael Amoedo, 26 milhões de investimentos novos neste ano em minha cidade. Estamos buscando empregos e investimos quase 6

milhões na compra de área de terra, tanto em Feira como em região, para ampliar esse pólo industrial. E isso tem sido feito em Ilhéus, tem sido feito em Juazeiro.

O que isso tem a ver com violência? Estamos buscando reduzir a exclusão social, porque encontramos este Estado como 26º colocado em relação aos indicadores sociais e isso, sem dúvida, é um dos grandes responsáveis pela violência, senão os nossos jovens... Aliás, olha, até colocamos policiais nas ruas. Neste momento, estamos com 3.200 novos policiais nas ruas; agora neste ano, são mais 3.200 policiais. São 6.400 policiais novos nas ruas. Pegamos um concurso de 1997, botamos 1.170 policiais civis. Já fizemos concurso, vamos neste ano encerrar essa história de 97, passaram-se 10 anos para um governo como o nosso atuar na resolução de um problema. Compramos veículos. Encontramos só 350 carros na Polícia Civil, quando chegamos ao governo do Estado. Já compramos 200, vamos comprar mais 450. Estamos fazendo a nossa parte, mas isso não resolve se não buscar a inclusão.

Isso não resolve, se a gente resolver aqui do lado da Polícia, se resolver o lado do aparato, se resolver o lado da estrutura física e não resolver a exclusão do homem do campo, a exclusão do interior do Estado, deputado Ubaldino que tanto viaja por esse interior da Bahia sabe o que estou dizendo, o quanto o nosso homem do campo foi esquecido, o quanto as cidades do interior foram esquecidas.

Lembro quando Solla tomou posse e que encontramos apenas sete municípios na Bahia com mais de cinco modalidades médicas. Amanhã estaremos aqui na Bahia, instalando em várias cidades, Feira e Jequié serão duas cidades que receberão o internamento domiciliar hospitalar, 90 leitos novos em Feira. É um hospital novo, deputado Isaac, vai diminuir a exclusão, vai diminuir a desatenção ao homem do campo, a desatenção ao interior do Estado, deputado João, estou me dirigindo a V.Ex^a, porque seu discurso foi emblemático.

Está aqui o deputado Fernando Torres que tem ido a fundo nas questões da violência. Agora, é preciso, deputado Fernando, que reflitamos sobre o que o dado que diz que 74% dos que morrem hoje nas regiões metropolitanas assassinados, são pessoas que estão envolvidas com a droga, são pessoas que estão envolvidas no tráfico de drogas ou no embate que existe hoje em nosso Estado.

Esse embate não foi construído em dois anos. Esse embate não foi construído em três anos nem quatro. Esse embate é fruto de um processo histórico no Brasil e não é diferente na Bahia e Pernambuco, hoje, que são dois estados que estão com um índice muito elevado de marginalidade no campo da droga.

É bom lembrar que há seis anos tivemos grandes operações que trouxeram para Pernambuco e Bahia muitos dos fluxos que estavam no norte e no sudeste do Brasil, mas esses dados têm que ser colocados para que a gente possa entender...

O Sr. Fernando Torres:- Um aparte.

O Sr. ZÉ NETO:- (...) se tem um enfrentamento imediato com a polícia na rua, deputados, temos um enfrentamento de médio prazo para contornar a exclusão que encontramos.

O deputado Yulo pediu a inscrição aqui, quero passar primeiro para ele e

depois para meu amigo feirense, deputado Fernando Torres.

O Sr. Yulo Oiticica:- Deputado Zé Neto, quero parabenizar V.Ex^a pelo brilhante pronunciamento, não só porque conhece profundamente a realidade da Bahia. Deputado Zé Neto, V.Ex^a demonstra não só brilhante conhecimento da realidade do nosso Estado, mas, sobretudo, da defasagem quantos as políticas públicas herdadas pelo governador Jaques Wagner.

Portanto, quero parabenizar o pronunciamento de V.Ex^a e queria sugerir que V.Ex^a mesmo solicitasse à presidência desta sessão para que fosse inserida nos Anais desta Casa uma nota do Partido dos Trabalhadores em nível nacional, assinado pelo nosso presidente, Ricardo Berzoini e pelo nosso secretário de relações internacionais, nosso companheiro Walter Pomar, onde fala, exatamente, desse terrorismo de estado patrocinado por Israel há onze dias na Faixa de Gaza e como disse V.Ex^a, mostrando a foto de uma criança, só crianças já foram cem delas assassinadas brutalmente por conta desses atentados. Sob a justificativa de que todos os alvos estão ali abrigados pelas lideranças do Hamas, Israel tem patrocinado esse genocídio brutal.

Mas ainda, deputado Zé Neto, dizer que quero de forma veemente aqui defender o movimento negro da Bahia que tem tido uma ação de extrema importância na defesa dos direitos humanos, na defesa do genocídio de jovens negros que é patrocinado na Bahia. De fato, há muitas décadas, a violência que muitas vezes acontece nos presídios, contra as mulheres, é pela incapacidade da Secretaria da Segurança Pública do Estado de garantir a integridade da nossa juventude.

Portanto, tem sido o Movimento Negro um parceiro, sem dúvida, do mandato de V.Ex^a, do nosso, da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, um movimento genuinamente constituído a partir da democracia, da cidadania individual e coletiva de tantos e brilhantes baianos e baianas.

Quero aqui, de forma veemente, defender esse movimento tão importante da sociedade baiana. Não tenho dúvida de que V.Ex^a também é grande parceiro na defesa dos direitos humanos, sobretudo da nossa população negra, que é de 80% na nossa capital e 70% no nosso Estado.

Quero parabenizar, deputado Zé Neto, V.Ex^a pelo seu brilhante pronunciamento.

O Sr. ZÉ NETO:- Incorporo o seu aparte ao nosso pronunciamento e concedo também um aparte ao deputado Fernando Torres.

O Sr. Fernando Torres:- Deputado Zé Neto, meu conterrâneo, companheiro, colega de muitas lutas, defensor assíduo do governo Wagner, V.Ex^a falou o que toda a Bahia sabe: boa parte do aumento da criminalidade na Bahia é proveniente do tráfico de drogas. Agora, o governo não combate o tráfico de drogas, e tem que haver esse combate. O que a nossa comissão quer - o deputado Yulo Oiticica é integrante dela com muito prazer, também o deputado Eliedson Ferreira aqui presente, é exatamente o combate ao tráfico de drogas, e o governo do Estado deixa passar esse combate. realmente os baianos estão à mercê da violência.

V.Ex^a conhece Feira de Santana, em frente a minha residência, que é na Avenida Getúlio Vargas, foi assassinado um garoto de 23 anos de idade, um garoto

começando a vida, trabalhando. Então, ouvi V.Ex^a falando muito bem de sua filha, eu também tenho filhos pequenos e outros adolescentes, e ficamos com medo deles irem às ruas, de sair à noite em Feira de Santana, em Salvador também, com medo de serem assassinados, sequestrados ou algum delito desse. E a Bahia, realmente, precisa melhorar.

Este é o grande defeito do governo Wagner: já trocou secretário, saiu um secretário competente, entrou outro, também com competência na Polícia Federal, que quando por lá passou mostrou muita competência, mas faltam investimentos. Sabemos que falta o combate ao crime organizado, falta o combate ao tráfico de drogas e o que realmente a Bahia toda sabe, menos o governador Jaques Wagner, e tenho certeza de que V.Ex^a também sabe que, se combater o tráfico de drogas e o crime organizado, vai melhorar muito a segurança pública da Bahia. Todos sabem disso menos o governador Jaques Wagner.

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado Fernando, acredito que estamos atacando todos os pontos que precisavam ser atacados: primeiro, quase triplicou a apreensão de drogas na Bahia, prendemos muitos traficantes, até gangues de traficantes que estavam soltas há muitos e muitos anos, até aliados de alguns esquemas políticos anteriores. Sabemos que a proteção existia – isso acontece na política do Rio, não deixou de acontecer na Bahia, não deixou de acontecer em São Paulo e o governo tem agido muito fortemente no combate aos traficantes, principalmente os de grande escala.

Agora, não adianta, deputado Fernando Torres, numa cidade como a nossa, por exemplo, se tivermos apenas o ataque com a polícia, porque com a polícia vamos fazer todo o esforço do mundo e se não tiver como reduzir a exclusão que encontramos.... Será que isso não tem nenhum efeito, deputado Ubaldino, pelo fato de que existem 2 milhões de analfabetos na Bahia? Será que não tem nenhum efeito pelo fato de encontrar o interior totalmente dizimado?

Deputado Fernando Torres, V.Ex^a, hoje, sabe o que significam os distritos de Feira de Santana que viraram verdadeiros paióis de pólvora, e no que diz respeito à violência em paióis de drogas naquela cidade por conta da exclusão daqueles indivíduos, porque se aqueles jovens tivessem oportunidade, educação, alguma condição de sair dessa exclusão social, teríamos muito menos bandidos.

É de fundamental importância a estruturação das polícias, o aumento do aparato, o aumento de recursos para a Saúde e para a Segurança Pública, tudo isto está sendo feito, deputado João C. Bacelar. Essa história não começou agora e não quero aqui ficar olhando para culpado. Quero apenas recordar, porque temos que seguir em frente para resolver os problemas.

Temos um pára-brisa muito maior que o retrovisor. Mas é fundamental apontar quais são as causas que na Bahia geraram tão grande aumento na violência, no tráfico de drogas e na exclusão social, situação que não encontramos em dois anos. Aliás, em dois anos colocamos a Bahia no terceiro lugar na geração de emprego e renda no Brasil.

Do 16º lugar em arrecadação, nós colocamos a Bahia em 3º no Brasil; colocamos de 6º em arrecadação no Nordeste para 1º. Organizamos a vida do Estado.

Acabamos com as malandragens que aconteciam no âmbito da máquina pública administrativa, como era o caso da Ebal, porque aquilo é marginalidade dentro da máquina pública. Como não foi diferente com o G8, como não foi diferente com o Jaleco branco e outros tantos escândalos que desmontamos dentro do Estado.

Estamos, sim, desmontando a violência dentro do Estado, especialmente aquela violência do “colarinho branco”, dentro da nossa máquina pública. Vi de perto, agora, um relatório onde economizamos quase 60 milhões, só com a retirada daquelas empresas do G8. Isso contribui? Contribui para um estado mais pacífico, um estado mais ordeiro.

O Sr. Rogério Andrade:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado Rogério, o tempo é curto, mas concedo a V.Ex^a um aparte.

O Sr. Rogério Andrade:- Deputado Zé Neto, mais uma vez V.Ex^a começa bem o vosso pronunciamento, chamando a atenção dos demais parlamentares e os incitando a participar do debate, mas do meio para o fim, V.Ex^a mais uma vez destoa o rumo do discurso e fere os governos passados.

Gostaria que V.Ex^a fosse mais enfático, mais claro e dizer quais foram os políticos que governaram o Estado nos últimos 8 anos, ou 10, ou 20, ou 30, e que eram envolvidos com o narcotráfico, com o crime organizado, com o tráfico de drogas.

Enquanto V.Ex^a não disser, vai ficar um mal estar muito grande para a bancada da oposição, que num passado recente foi governo. Eu, particularmente, sinto-me bastante ofendido com as palavras de V.Ex^a, porque convivi com esses governantes todos e para mim é uma grande surpresa o que V.Ex^a coloca, hoje, nesta tarde.

V.Ex^a disse que o governo atual tem combatido o crime do colarinho branco, mas...

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado Rogério,...

O Sr. Rogério Andrade:- V.Ex^a me deu o aparte e não deixa eu concluir meu raciocínio. Posso continuar? Gostaria que V.Ex^a pudesse retirar do seu pronunciamento as colocações que foram citadas há pouco, porque lamentavelmente, atinge a todos.

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado Rogério, se V.Ex^a se sentiu atingido, quero dizer que não atingi V.Ex^a e a nenhum da bancada de governo nem da oposição, nem do governo passado, nem de oposição a este governo.

O que quero dizer é que em todos os estados brasileiros, nós vimos que, infelizmente, o tráfico de drogas – e aqui não posso acusar este ou aquele partido, V.Ex^a entendeu o que quis dizer – teve traços políticos. Agora mesmo citei na minha fala. O deputado Elmar não ouviu. Quero dizer ao deputado Elmar que citei alguns estados, como São Paulo e Rio, que o braço político sempre também vimos ali influenciar, infelizmente, na configuração no tráfico de drogas.

Aqui em nosso Estado não seria diferente, porque não estamos excluídos do Brasil. Se atingi V.Ex^as, quero dizer que não era meu propósito. Agora, temos a responsabilidade de olhar mais para a frente, deputado Elmar, do que para o passado

como um processo de retaliação. Acho que se deve olhar como um processo de evolução.

Quero dizer à Bancada de Oposição que está longe de mim agredir qualquer um de vocês. V.Ex^{as} sempre tiveram de mim respeito e continuarão tendo, agora não posso, e já concluindo a minha fala, deixar de dizer ao deputado João Carlos Bacelar, que o discurso do governador, ao defender as posições com relação ao conflito de Gaza, não está distante da humanidade, como aqui o nosso combate à violência, no nosso dia-a-dia, também não. A humanidade é do mundo, é do universo, é do Cosmos. Precisamos compreender isso como uma relação. Porque o governador falou de Gaza estaria se esquecendo da Bahia... Pontuei que não se está esquecendo, muito pelo contrário, estão se construindo as bases do enfrentamento da violência de maneira muito mais sólida e buscando resolver causas como a exclusão que nos deixou aí com um grande passivo que precisa ser administrado. Não adiantará polícia, nenhum aparato técnico moderno de combate à violência, se não pensarmos no ser humano, na sua condição e qualidade de vida e na sua possibilidade de viver em paz, com saúde, trabalho e dignidade. Era o que eu tinha a dizer. Obrigado pela atenção.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo apartesantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Horário das Representações Partidárias. Concedo a palavra ao Líder do governo ou da Maioria, ou representante do PMN, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Yulo Oiticica:- Sr. Presidente, falarei por 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o nobre deputado Yulo Oiticica pelo tempo de 10 minutos.

O sr. Herald Rocha:- Para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Pois não.

O Sr. Herald Rocha:- Sr. Presidente, ouvimos atentamente o pronunciamento do nobre deputado José Neto, presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Em nome da minha Bancada, da Bancada do Democratas, solicito que o Líder da Maioria, reúna-se com o Líder da Minoria, para que todo o acordo que possivelmente tenha sido acordado e toda a conversa que tenha sido conversada, sejam novamente reestruturados, tendo em vista as agressões formuladas pelo deputado José Neto. Tenho dito.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- V.Ex^a por certo será atendido, porque estamos aqui para promover o bem-estar da nossa querida sociedade tão sofrida.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Pois não.

O Sr. Zé Neto:- Presidente, primeiro, já me referi à minha fala que tenha sido entendida como ofensiva, mas não a retirei porque não houve ofensa. Vamos botar os pontos nos "ii". O que aqui se fala do governador é da forma que se quer, se agride da forma que se quer. Achei que a fala de V.Ex^a, deputado João Bacelar, foi uma agressão também, mas não quis entrar no mérito. V.Ex^a sabe que não entrei nesse mérito. Foi uma agressão ao posicionamento humanitário que o governador teve com

relação a um conflito que estamos enfrentando. O mundo está enfrentando essa dificuldade. O que estamos colocando é que não há, deputado Heraldo, nenhum frogodó nesse processo. Para mim é vir e discutir o que se tem para discutir. A oposição falou, ouviu a resposta. Disse na minha fala que não agredi esse ou aquele partido. Agora, se V.Ex^a quiser avançar no debate e quiser polemizar, vamos pegar os jornais do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Bahia e discutir se houve algum movimento de algum partido político. Quis dizer que, infelizmente, quando o tráfico de drogas evolui no Estado, e no Brasil foi assim, ainda disse, alguns Estados, muitas vezes, infelizmente, consegue no braço político sustentação, porque não leva ao combate. A exclusão social, de certa forma, alimenta um exército de pobreza que acaba gerando também novos jovens que vão se violentando e irão violentar também. Então, isso tudo coloquei num plano que V.Ex^{as} entenderam.

Portanto, deputado Heraldo, não se tem que estar chamando aqui liderança de governo, agora temos escutado discursos muito ofensivos à nossa bancada, ao nosso governo. Temos tratado isso no âmbito da política como estou a tratar. Isso não é uma retratação, mas uma pontuação para que V.Ex^{as} entendam que podem ter ouvido, no calor do momento, algo distante do que eu de fato disse.

Quero apenas compor melhor esse entendimento para que não fique nenhum ruído, até porque V.Ex^{as} sabem o quanto os respeito. E continuarei a respeitá-los. Agora, meus posicionamentos políticos são claros, temos que pensar no processo de construção de uma sociedade menos violenta; e exclusão social, para mim, é violência.

Infelizmente, por medidas políticas de exclusão, objetivas ou não, encontramos um ambiente que tem de ser revertido. E não vai ser revertido apenas com polícia nas ruas e com aparato de enfrentamento, de confronto. Temos de buscar mais saúde, mais educação, num ambiente no qual os nossos jovens tenham mais alternativas e menos possibilidade de entrar no ramo da violência e da marginalidade. É isso que devemos combater.

O Sr. Euclides Fernandes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Nobres deputados, V.Ex^{as} serão atendidos.

Por certo, Zé Neto está se retratando e retirando as palavras...

Irei conceder a palavra aos nobres deputados Euclides e Gaban, e depois fecharemos por aí.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, estamos num período de convocação extraordinária, com uma pauta muito extensa. Vinte e três projetos terão de ser debatidos e votados durante este período...

(Deputados da Minoria falam fora dos microfones.)

O Sr. Euclides Fernandes:- Claro que depende. Se não for possível votar os 23... Mas acredito, com toda a vênia que eu peço ao Líder da Minoria, que, com a boa vontade que deve haver da Oposição, esse “depende” significa permite.

Gostaria de ouvir da Minoria um pronunciamento manifestando um gesto de

boa vontade no sentido de que vamos trabalhar para votar os 23 projetos, e não esse “depende”. O que está em jogo aqui é o interesse da sociedade baiana, pois são projetos que vão disciplinar e normatizar vários assuntos importantes. E devemos lembrar de que várias categorias de servidores terão projetos de seu interesse – como a Lei Orgânica da Polícia Civil – discutidos e votados durante estes dias de convocação extraordinária.

Então, Sr. Presidente, para agilizar os projetos é necessário que haja boa vontade das duas partes. É preciso que a Minoria não coloque uma zanga provocada pelo pronunciamento de algum deputado do governo acima do interesse de ver esses projetos transformados verdadeiramente em leis que atendam o interesse da sociedade baiana. Não o interesse do governo ou da sua Bancada.

Não achamos corretas – não tenham dúvida – as agressões tanto de um lado como do outro. Considerei, por exemplo, uma agressão do deputado Zé Neto quando ele fez considerações ofensivas aos políticos que faziam parte do governo anterior. Não há necessidade disso. O que nos interessa é andar, é construir...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Nobre deputado, ele já retirou de público essa ofensa.

O Sr. Euclides Fernandes:- A Minoria já considerou assim? Não é só a fala do nobre presidente dizendo que ele retirou, é preciso haver a aquiescência da Minoria demonstrado que está satisfeita com as colocações feitas pelo deputado Zé Neto.

Então, Sr. Presidente, a nossa preocupação é que esses conflitos não venham a prejudicar o andamento dos projetos que estão na pauta desta convocação para ser discutido durante este período extraordinário. Daí, nós fazemos um apelo: primeiro, ao deputado estadual Zé Neto para poder aliviar as colocações dele a fim de evitar esse...

(O Sr. Gildásio Penedo Filho se manifesta fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. Euclides Fernandes:- Não. Eu acho que essas colocações...

(O Sr. Gildásio Penedo Filho se manifesta fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Penedo, é para retirar o quê?

(O Sr. Gildásio Penedo Filho se manifesta fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Não. Aí, também, não. Não é por aí. Não é por esse caminho.

O Sr. Euclides Fernandes:- Então, Sr. Presidente, concluindo, eu peço à Minoria não só por este fato pontual, mas eu pediria à Minoria acima de tudo que não coloque no acordo feito para agilizar com a dispensa de formalidade e urgência dos projetos que estão em pauta, uma palavra de um deputado da base de sustentação do governo, que não colocasse isso em jogo prejudicando o andamento dos projetos que estão em pauta.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Presidente, para uma conciliação.

O Sr. Euclides Fernandes:- Vamos pensar alto. Vamos pensar nos interesses maiores da sociedade baiana. Vamos colocar os projetos em pauta acima dessas coisas pequenas que saem aqui no Plenário.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Para fazer uma conciliação. Eu quero propor para resolver isso aqui o seguinte...

(Vários deputados pedem, ao mesmo tempo, questão de ordem. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- O nobre deputado Gaban pediu primeiro; depois, Paulo Azi.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, ontem, eu já havia feito um pronunciamento usando a tribuna até lamentando; estava fazendo logo após a convocação do nobre deputado Bira Coroa. Eu alertava, naquele momento, que nós não deveríamos, na mesma linha de raciocínio do deputado Euclides, extrapolar o nível de debates aqui na Casa. As colocações e os embates políticos devem existir. Isso faz parte do Parlamento. Tanto é que nós somos 63 e cada um representa um segmento da sociedade, de uma sociedade tão disforme que a gente tem em todo parlamento, em todo país e em todo o Estado.

E eu lembrava inclusive ontem que, quando se faz uma crítica a governos anteriores, poderia deixar e deixa constrangido deputados que hoje dão sustentação ao governo Wagner. Eu citava ontem o exemplo. O deputado Paulo Câmara que aqui está e tem sido um dos deputados mais prestigiados do governo Wagner, à medida em que é relator do orçamento do Estado; da mesma forma, ele foi prestigiado por Antônio Carlos Magalhães, foi prestigiado por Paulo Souto, foi prestigiado por César Borges, foi prestigiado por Otto Alencar.

Da mesma forma aconteceu com o deputado Reinaldo Braga, ex-presidente desta Casa, que foi presidente com o apoio dessas lideranças da qual ele fazia parte e sempre participou das decisões. Falei de vários outros deputados como Aderbal Caldas. Restou mais alguém aqui no Plenário? Aconteceu com Nelson Leal, Ronaldo Carletto. Quer uma pessoa mais ligada ao ex-governador, Ronaldo Carletto, nesta Casa do que ele?

Esse tipo de ataque constrange a todos que já participaram de outros governos e prestigiados como sempre foram eram até obrigados a sair do Plenário para não passar tal constrangimento.

E, felizmente, até, eu não ouvi o pronunciamento de V.Ex^a, deputado Zé Neto. V.Ex^a, hoje, coloca e veio falar para mim que não colocou nada e está disposto a retirar. Eu só peço dentro da linha de raciocínio, deputado Euclides, que a gente maneire daqui para frente, porque é ano novo, 2009. A gente terminou o ano. Olha, nós tivemos o segundo semestre como o pior segundo semestre que a Assembléia já teve. Ficamos desde junho até meados de dezembro sem votar um projeto nesta Casa. O governo não mandou um projeto. E nós ficamos aqui praticamente sem realizar sessão plenária. Foi um marasmo que esta Casa já viveu. Isso envergonha o Parlamento o momento vivido nos últimos seis meses no ano de 2008.

Mas, ao final, veio a época de orçamento e tínhamos por obrigação aprová-lo.

Fizemos um acordo. Até respeitamos o que a justiça tinha determinado que era a composição proporcional das comissões técnicas. Fez-se um acordo. E votou-se com a normalidade, deputado Zé Neto. Parlamento precisa ter discussão, embates, proporcionalidades respeitadas.

Começamos agora uma convocação extraordinária e nenhum deputado da Oposição criticou o governo. Nenhum deputado da Oposição criticou o motivo da convocação, mesmo que, depois que estávamos em recesso, 18, repito, 18 projetos chegaram a esta Casa. E dos 18 projetos, há alguns que não foram nem relacionados para votação, já em desacordo com o acordo feito na época. Não criticaríamos e votaríamos o quê? Os projetos existentes na Casa e mais o que tratasse de aumento do servidor público para não prejudicá-los, já que o salário mínimo seria reajustado pelo governo federal em fevereiro. Para não prejudicar o funcionalismo público estadual, concordamos. Não iremos criticar a convocação extraordinária, e assim estamos fazendo.

Agora, adiar projetos que reformulam todo o sistema rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado da Bahia não estava no acordo. É um projeto importantíssimo. Há anos que precisamos que isso seja regulamentado. É um mérito até do governo Wagner encaminhar esse projeto, mas não podemos votá-lo numa convocação extraordinária, sem uma ampla discussão. Não podemos aprovar uma PEC que envolve uma lei aprovada por esta Casa sem uma ampla discussão, sem ter sido acordado anteriormente.

Então, espero, deputado Zé Neto, V.Ex^a já disse bem, retira, que começemos 2009 com os embates políticos normais, mas respeitando o passado e o presente também, para que possamos ter um futuro melhor. Que saibamos também respeitar o acordo que possibilitou a votação do Orçamento e esta convocação extraordinária, que até o momento não criticamos. Estamos aqui para votar, cumprindo com nossa obrigação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Pela ordem, o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Agradeço, deputado Ubaldino, a oportunidade, e quero mais uma vez lamentar. O deputado Zé Neto, infelizmente, tem uma enorme dificuldade de debater em alto nível e responder a uma crítica no âmbito da atividade política. Isso é uma dificuldade, não acredito nem que seja má-fé, mas dificuldade de efetivamente coordenar as idéias.

Então, infelizmente, Sr. Presidente, mais uma vez o deputado Zé Neto foi deselegante, descortês e mal-educado com a Oposição. V.Ex^a tem, inclusive, autonomia, como presidente, para determinar que aqueles que cuidam das notas taquigráficas retirem as palavras mal-educadas e deselegantes que o deputado Zé Neto, mais uma vez, teve com os deputados da Oposição, que faziam parte do governo anterior.

Eu fiz parte do governo anterior, com muito orgulho, e não acobertei traficante, corrupto ou criminoso, e me senti atingido com as palavras deselegantes e mal-educadas do deputado Zé Neto. Portanto, quero solicitar a V.Ex^a que determine ao

responsável pelas notas taquigráficas que retire as palavras mal-educadas e deselegantes do deputado Zé Neto.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Olhem, eu estava presidindo e não presenciei, nobre deputado, esse tipo de comportamento, senão pediria que fossem retirados os termos pela Taquigrafia. Ouvi-o referindo-se à Ebal.

Questão de ordem, nobre deputado Bira Coroa.

O Sr. Bira Coroa:- Sr. Presidente, eu não ia me posicionar sobre esse fato, mas sinto a necessidade de também fazer um posicionamento. Sempre fui um defensor de que no Parlamento se utilize todo debate necessário para expor as idéias, confrontá-las. Nunca defendi utilizar de mecanismos para desqualificar e até mesmo agredir pares ou personalidades do cenário político. Discuto e sempre defendi que temos de discutir as ações políticas e a quem cabem responsabilidades.

Quero dizer, nobre presidente, que reconheço e entendo o momento. Conheço muito bem o jogo político e consequentemente entendo a situação utilizada no momento pela própria Oposição para gerar o fato. Quero colocar claramente que o deputado Zé Neto, na sua colocação, foi claro e depois se colocou à disposição para retirar todo e qualquer trecho que agrediu a Bancada ou individualmente a um ou outro parlamentar.

Também quero chamar a atenção, Sr. Presidente, para que esse episódio seja utilizado igualmente para chamar a atenção quanto à colocação geral que ocorre aqui, inclusive feita pela própria Oposição. Muitos deputados em seus pronunciamentos exageram e até perdem o tino. Quero, nobre deputado, não concordar quando diz que o deputado Zé Neto não teve capacidade de compreensão, o que é também uma agressão. Muito pelo contrário. Mas destaco que aqui mesmo neste Plenário fui chamado inclusive de “petralha”, ou seja, ladrão. E fiz o rebate, na minha compreensão à altura, naquele episódio. Fui chamado pelo nobre deputado João Carlos Bacelar, o qual respeito e com quem tenho uma relação de amizade acima de qualquer coisa. Porém deixo claro que até entendo naquele momento a expressão de agressão e compreendo que convivemos hoje sem problema algum. Só que essas ações tem ocorrido dos dois lados, tanto o da Oposição quanto o da Situação. No entanto não é cabível nesta Casa a gente utilizar esses mecanismos, chegar a tal extremo.

Quero fazer a defesa dizendo que num episódio algumas palavras não foram proferidas. Então, é interessante que a Mesa depois verifique as anotações para ver que não foram. E inclusive não cabe estarmos utilizando isso para este grau de desgaste e enfrentamento quando, na essência, o que temos de fazer aqui é debater os projetos que estão em curso, pois isso é do interesse da sociedade e neste momento eles são prioridades para discussão e possível aprovação. E a comunidade está nesta Casa nos acompanhando na presença das categorias interessadas e nos lares através da *TV Assembleia*.

Consequentemente quero, Sr. Presidente, chamar a atenção de todas as Bancadas, da nossa de governo e da de oposição, para que tenhamos mais cuidado

nas nossas colocações e passemos a utilizar o mecanismo apropriado neste cenário: exatamente o do debate político, o do confronto das idéias, e não o do confronto direto ou ataque a pessoas ou personalidades políticas.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o nobre deputado Yulo Oiticica pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, superado o debate, construído o entendimento, eu não tenho dúvida de que é esse entendimento que é fundamental nesta Casa Legislativa. Portanto, qualquer deputado aqui tem autonomia, dever e obrigação de apresentar qualquer tipo de denúncia que chegue ao seu conhecimento. Então naturalmente não cabe na tribuna deste Parlamento nenhum tipo de denúncia de forma subjetiva ou apenas na tentativa de atingir algum dos nossos pares.

Tenho certeza que o deputado Zé Neto não fez ou pelo menos não teve a intenção... Mas também não tenho dúvida que os deputados da Bancada da Oposição não têm do que se envergonhar. Muito pelo contrário. São parlamentares que sempre honraram os votos que os conduziram aqui quando deputados de governo e, agora, como deputados de Oposição.

Sr. Presidente, eu gostaria de, inicialmente, dizer que havia na tribuna, e há naturalmente nesses dias na Casa, vários representantes da nosso briosa Polícia Civil. E eu não tenho dúvida, nosso Líder do governo, que acaba de adentrar o Plenário, tem estado intensamente reunido com todas as classes, além de todos nós em nossos gabinetes, este sem dúvida é o momento de incorporar o máximo de contribuição possível na perspectiva de aprimorar esse projeto tão importante.

Mas quero, Sr. Presidente, chamar a atenção para a necessidade de autonomia da polícia técnica. Nós sabemos da importância da perícia quando há qualquer tipo de crime, mais ainda, quando há um homicídio. Infelizmente, hoje, acaba muitas vezes sendo mais fácil descobrir quem roubou uma residência, um celular, do que quem matou alguém, exatamente, pela falta de investimento na perícia. Esse instrumento de autonomia da perícia é de fundamental relevância, sem nenhum demérito aqui a nenhum delegado, obviamente, mas quem preside o inquérito não pode estar sobre quem faz a perícia, porque essa autonomia é de fundamental importância em qualquer tipo de investigação.

Essa é uma das muitas discussões que nós iremos travar até aprovar um projeto tão importante da Polícia Civil nesta Casa. Mais ainda, estaremos hoje discutindo na perspectiva da aprovação também de um Programa Estadual de Transporte Escolar do Estado da Bahia, intitulado PETI Bahia. Sabemos da importância, nós não temos a garantia, nem para os alunos da universidade, nem para os alunos da escola pública estadual, ensino médio, nem fundamental, não há uma obrigação legal nem do município, nem do Estado, e isso sem dúvida acaba dificultando muitas vezes a possibilidade de os alunos chegarem até a escola.

Há um projeto de lei de nossa autoria que tramita nesta Casa, conhecido como Transporte Universitário, e estamos propondo que seja debatido também nesse

processo na perspectiva de incorporar, quem sabe, a possibilidade, nessa ação articulada ao governo, estadual, União e município, também a possibilidade de incorporar os alunos de nível superior, tendo em vista que nós temos muito poucas escolas federais no âmbito universitário; estaduais, um número maior, mas ainda insuficiente, portanto, a realidade de muitos alunos morarem em uma cidade e estudarem em outra é real, e a dificuldade de residência estudantil também existe, portanto a necessidade do transporte é fundamental.

Mas também estaremos, Sr. Presidente, debatendo hoje o Programa Estadual de Apoio à Prática do Esporte, o Bolsa-Esporte, criado pelo governador Jaques Wagner. Essa é uma ação de segurança pública. Nós não podemos tratar a questão da segurança pública de forma meramente aritmética, de quantos foram assassinados. Nós precisamos combater a causa da violência. Nós sabemos que a juventude tem sido vítima e tem patrocinado muitas vezes a violência por ser uma presa fácil, tanto quanto instrumento do crime organizado quanto muitas vezes vítima do crime organizado.

Portanto, investir no esporte é importante para as nossas crianças, para os nossos adolescentes, para a nossa juventude, até porque países que têm dado a atenção devida ao esporte, têm percebido que ele pode inclusive se tornar meio de vida, não só orgulhando a nação, trazendo tanta medalhas em jogos internacionais, como é o caso do Cuba, que prioriza a educação, que prioriza o esporte, mas de tantas outras grandes potências ou países emergentes que têm dado essa atenção.

O governador Jaques Wagner demonstra, mais uma vez, a sua vontade política de combater a insegurança pública atacando as causas da violência. E aí volto a dizer que a juventude é uma presa fácil.

E lembremos de que esta Casa pôde realizar, entre os seus grandes feitos, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a adulteração de combustíveis e a sonegação impostos na Bahia. Naquela época, infelizmente, não conseguimos provar a existência de cartéis, que é um crime muito difícil de ser comprovado. Só uma confissão poderia provar, e, naturalmente, aqueles que estavam envolvidos nessa prática tinham interesse em negá-la.

Mas nos 3 primeiros meses dessa CPI houve um aumento de mais de 150% do ICMS. Somente isso já foi uma demonstração clara da articulação de alguns postos de gasolina na combinação dos preços. E um crime é consequência do outro, ou seja, a adulteração e a sonegação.

E agora o governador Jaques Wagner manda a esta Casa um projeto de lei – sugerido por aquela Comissão Parlamentar de Inquérito – tratando, exatamente, do ICMS nas operações com derivados de petróleo, gás natural e combustíveis líquidos carburantes e dá outras providências. Essa é uma demonstração do governador de que este Poder pode contribuir muito tanto com as suas próprias iniciativas como também possibilitando ao Executivo enviar com mais celeridade proposições que possam verdadeiramente combater o crime do cartel, da sonegação de ICMS e da adulteração de combustíveis.

É importante dizer que a Bahia agora assume a vanguarda da investigação do

crime de lavagem de dinheiro. Antes nem havia esse tipo de investigação aqui, agora o nosso Estado assume a vanguarda como uma das referências do País. E sabemos que a lavagem de dinheiro é uma prática muito importante para o crime organizado, já que é o braço financeiro que sustenta as organizações criminosas.

Sabemos da dificuldade para a investigação e a prisão de criminosos. Além disso, sabemos também o que acontece hoje nos presídios baianos, vide a última rebelião que tivemos nos dias 10 e 11 do mês passado, quando uma remoção de líderes de organizações criminosas acabou provocando uma rebelião. E a ação deles depois da solução daquela rebelião foi uma demonstração clara de que, de fato, tanto a direção do presídio quanto a Vara de Execuções Penais, a Defensoria Pública e o Ministério Público estavam corretos quando tentaram desarticular o crime também dentro dos nossos presídios, Sr. Presidente.

Sabemos que esse desafio não é somente da Bahia, é do mundo, mas o nosso Estado tem feito o que deve ser feito. E o faz de forma corajosa sem abrir mão da importância dos segmentos, dos profissionais, sobretudo de uma categoria tão fundamental como a Polícia Militar. E tratava aqui do papel extremamente importante da Polícia Técnica, que tem de ter a sua autonomia garantida para que a investigação seja verdadeiramente comprometida com a pesquisa científica feita pelos seus abnegados profissionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao representante do PTN para falar ou inciar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, por todo tempo falará o ex-presidente desta Casa, ex-líder do Governo, deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores e senhoras da imprensa, senhores e senhoras da galeria Paulo Jackson, iniciamos ontem a discussão e votação de diversos projetos que estão na pauta desta convocação extraordinária. Muitos deles já estavam na Casa, outros vieram agora no final de dezembro, e que envolvem uma série de assuntos, inclusive, diversas categorias de funcionários públicos estão com seus planos de carreira sendo discutidos para serem votados.

Observamos que alguns desses projetos merecem reflexão, isso já foi dito aqui por outros deputados, como o deputado Gaban, como é o caso do projeto que institui o programa estadual de transporte alternativo. Mas o que nos chama mais atenção é o projeto de lei que acaba com a estabilidade econômica daqueles que completaram 10 anos no serviço, ou seja, no que se refere ao art. nº 39 da Constituição Estadual, que estabelece que o funcionário com 10 anos em cargo público, como disse aqui o deputado Heraldo Rocha, adquira estabilidade.

O projeto foi enviado sem que houvesse qualquer acordo para que ele viesse para votação. É um projeto que merece reflexão, alguns funcionários já estão se

manifestando, porque, na verdade, ele engloba diversas categorias de funcionários do Estado, por exemplo na área da Secretaria de Educação, os professores. Vários professores que exercem atividade de direção, um cargo de confiança, quando adquirem estabilidade, quando saem desse cargo, ele vai perceber a remuneração do cargo. Não está havendo, e parece que não houve por parte do funcionalismo, uma percepção do que representa, em termos de perdas para o funcionalismo, se for aprovado esse projeto de lei que acaba com a estabilidade, a partir de agora. Bem disse aqui o deputado Heraldo Rocha.

Deputado Heraldo, tem outro projeto que é mais complicado ainda do que esse, é o projeto de Lei nº 17.724/2008, que altera a redação do parágrafo 2º, do art. 92 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, que fala sobre a remuneração, de quando há aumento de salário. Por exemplo, se alguém está na estabilidade econômica e percebe pelo cargo de maior remuneração, quando há um aumento nesse cargo de confiança o funcionário terá esse aumento, se aumentar 30% no DAS, ou seja qual for o cargo, ele terá esse aumento de 30%, só que essa lei que vem agora acaba com os aumentos. Esse aumento é dado segundo o que foi dado pelo funcionalismo público, ou seja, vai haver uma grande perda para o funcionário que já tem a estabilidade econômica.

Darei como exemplo o caso de um coronel que tenha seu salário seguindo o critério de estabilidade econômica do maior cargo da carreira, da GAP, por exemplo. Nesse sentido, depois de algum tempo o major passará a perceber maior salário do que o coronel, porque esse cargo do coronel será achatado em termos de aumento salarial. Não há ainda uma percepção do que isso poderá causar em termos de prejuízo para o funcionalismo que tenha estabilidade econômica.

São dois projetos. Um acaba com a estabilidade econômica a partir de agora e o outro modifica o aumento sobre aqueles que já têm a estabilidade econômica, ou seja o aumento da remuneração. O aumento não seria mais dado tendo referência o cargo, mas com relação ao aumento geral do funcionalismo. São dois projetos que têm sérias implicações com a questão do funcionalismo público.

O Sr. Capitão Tadeu:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Está inscrito, deputado.

Isso trará grandes prejuízos. São projetos que não estavam sendo discutidos na Mesa de Negociação com os funcionários públicos e chegam para tirar direitos adquiridos, direitos adquiridos.

Ora, sabemos que o Sr. Governador Jaques Wagner foi eleito em cima da plataforma do contracheque do funcionário, dizendo que iria repor todas as perdas e não tiraria qualquer direito do funcionalismo público.

Isso não está acontecendo. Já se passaram dois anos nessa Mesa de Negociação e muito pouco foi acrescentado em termos de ganho para o funcionalismo. Projetos de lei como o da Polícia Militar, se não houvesse o alerta desta Casa, feito principalmente pelo deputado Capitão Tadeu, teria tirado um direito assegurado aos policiais militares na questão da aposentadoria.

A mesma coisa acontece com esses dois projetos; pois um acaba com a estabilidade econômica a partir de agora. Quem entrar hoje no cargo público de

confiança, mesmo que seja funcionário, não terá mais estabilidade. O outro muda o sistema de aumento da remuneração deste cargo. São dois projetos que trarão grandes prejuízos para o funcionalismo público nessa questão, que deverá ser discutida mais intensamente com todas as categorias de funcionários públicos para que possamos votar um projeto, a fim de se ter- antes de tudo- assegurado que não irá prejudicar o servidor público.

Com o aparte o deputado Capitão Tadeu.

O Sr. Capitão Tadeu:-Deputado Clóvis Ferraz, quero dizer que sou deputado da base do governo, mas concordo plenamente com o que V.Ex^a está falando. Esse projeto é um projeto maroto para prejudicar servidor público.

Quero deixar claro que se esse projeto for aprovado nesta Casa, a imagem dos Srs. Deputados perante os servidores públicos ficará abalada. Quero alertar a todos os meus companheiros, inclusive da base do governo da qual faço parte, de que este projeto é prejudicial ao servidor público.

Votarei contra. Estou deixando isso claro. E tenho certeza de que o Governador do Estado não tem conhecimento desse projeto. Tenho certeza de que ele não tem, porque se o governador soubesse não mandaria para cá um projeto como esse. que deverá prejudicar o servidor público.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a.

Com o aparte o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado Clóvis Ferraz, no Pequeno Expediente tratei desse assunto que V.Ex^a agora coloca com muita propriedade.

Esse é mais um crime desse Governo contra o funcionalismo público que ele usou como massa de manobra, usou o seu boleto para se eleger. Se eu fosse da bancada da base aliada, agora acompanhando a questão de ordem formulada pelo deputado Tadeu, retirava de pauta essa incongruência contra o servidor público da Bahia.

Muito obrigado e parabéns.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a, nobre deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a foi o primeiro nesta tribuna a falar sobre esse problema, e estamos aqui até porque fizemos um compromisso, antes da convocação e do acordo nesta convocação extraordinária, de que só votaríamos os projetos que não fossem prejudicar o funcionalismo público. Nós da base da Oposição desta Casa fizemos o compromisso de que votaríamos os projetos de reestruturação de carreira do funcionalismo, mas não votaríamos aquele que estivesse em desacordo com os funcionários, com as diversas categorias dos funcionários, com os sindicatos etc.

E esse projeto, tenho certeza, não foi discutido na famosa e tão malfadada Mesa de Negociação, até hoje não sabemos quais os benefícios que tem trazido para o funcionalismo público. Os dois projetos são capciosos e vêm para enganar o funcionalismo...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- (...) ou seja, tirar direitos adquiridos. Esse projeto não votaremos nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra ao Líder do governo ou da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, o deputado Capitão Fábio falará por 5 minutos, e eu, pelos 5 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra ao nobre deputado Fábio Santana.

O Sr. FÁBIO SANTANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes nas Galerias, é lamentável como em Itabuna acontecem fatos que sempre, como digo, colocam a cidade numa situação vexatória, decepcionante. As eleições se passaram, as promessas foram realizadas, promessas de todos os envolvidos na campanha, mas as promessas feitas por aquele que conseguiu o objetivo de ser eleito prefeito daquele município se tornaram obrigação.

Infelizmente, observamos o comportamento do atual prefeito na primeira entrevista realizada naquele município ao dizer ou desfazer, vamos assim falar, tudo aquilo que garantiu que iria realizar naquele município, principalmente temas polêmicos como o “bolsa-família- municipal”, termo por eles mesmos criado, “bolsa-família-municipal”. Vinte mil “bolsas-famílias- municipais” foi a promessa do prefeito para o município. Mas na primeira entrevista já assume que não pode fazer com que isso se realize porque não há previsão no orçamento deste ano, e vai fazer uma meia-sola este ano, mas em 2010 irá encaminhar para a Câmara Municipal de Itabuna para tentar aplicar o “bolsa-família-municipal” em Itabuna.

Ora, pelo amor de Deus, isso não existe. O município de Itabuna endividado como está como é que terá condições de implantar o bolsa-família nos mesmos moldes do bolsa-família federal? Esse grande engodo foi aplicado nas eleições municipais, e o povo de Itabuna agora está aí, decepcionado porque foi ludibriado, enganado. E nós sabíamos que isso iria acontecer.

É lamentável que as pessoas, para alcançarem o poder, tenham esse tipo de comportamento. Outra promessa absurda: instalar no município uma escola municipal de trânsito!? Além de quebrar as atuais autoescolas que existem no município, se isso for realizado, disse que ia assumir as despesas com referência à carteira de habilitação. No programa eleitoral, inclusive, mostrava cédulas de R\$ 100,00 – cinco cédulas de R\$ 100,00 parecendo aquele programa do Sílvio Santos “Tudo por Dinheiro”. É lamentável que isso venha ocorrer num município como Itabuna, um município que já chegou a ser o 3º maior do Estado da Bahia e, hoje, é o 6º município no Estado, que está entregue às “baratas”, com os bairros periféricos destruídos.

Inclusive, eu estava agora lendo o avanço que a Embasa fez no Estado da Bahia em termos de distribuição e qualidade de água e fiquei com inveja por meu município, que, hoje, é administrado por uma empresa municipal que também,

lamentavelmente, não fornece água em abundância nem qualidade ao povo de Itabuna. E a Embasa fazendo excelente serviço, como vem fazendo, e o povo de Itabuna não é agraciado por esse serviço porque tem uma empresa municipal.

Está na hora, Sr. Prefeito Capitão Azevedo do senhor ter consciência, porque o contrato vai ter fim agora, este ano, e devolver ao governo do Estado a administração da água em Itabuna e não fazer como o gestor anterior, o seu chefe político que queria vender a empresa municipal para um grupo estrangeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Deputado, V.Ex^a está com o tempo esgotado.

O Sr. FÁBIO SANTANA:- Pois não, Sr. Presidente, com a sua tolerância.

Só queria deixar aqui registrado, Srs. Deputados, que o meu posicionamento, de agora por diante, será crítico, responsável, mas tendo a observância de zelar pelos interesses do povo de Itabuna.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Por mais 5 minutos, representando o PSB, o nobre deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais presentes, estamos vivendo um momento bastante rico na Assembléia Legislativa, momento de muita movimentação, participação dos diversos segmentos. Temos 25 projetos para serem discutidos e aprovados, entre os quais, vários que dizem respeito ao funcionalismo público. Todos esses projetos que vieram para Assembléia Legislativa, são projetos que beneficiam não apenas o funcionalismo público mas também toda a sociedade: na área da Educação, da Saúde, da Procuradoria, da Polícia Civil, da Defensoria e todos os projetos que vieram até aqui foram discutidos com os diversos segmentos e as diversas entidades representativas desses trabalhadores, portanto, são projetos que representam a vontade da maioria dos trabalhadores, dos servidores públicos e que representam um avanço para o nosso Estado. Evidentemente, que em todos esses projetos é possível que haja necessidade de se fazer alguns ajustes, e eles serão realizados na medida do possível se forem necessários.

Portanto, estamos aqui discutindo e debatendo essa questão durante esse processo, e é importante que as entidades estejam aqui presentes. No meu gabinete, mesmo, tenho recebido, e também em outros locais da Assembléia Legislativa, diversas entidades do funcionalismo público, tenho conversado intensamente sobre os problemas, as dificuldades, as divergências, os ajustes necessários. Daí as coisas estão acontecendo e sendo resolvidas na medida do possível. Mas, no geral, queria registrar aqui de forma muito tranqüila que todos esses projetos representam um avanço para a sociedade.

Todos eles, no que diz respeito ao próprio funcionalismo público e no que diz respeito à própria estrutura do estado. O projeto da Lei Orgânica da Polícia Civil, por exemplo, é um projeto de grande importância para a segurança pública, que valoriza o funcionalismo, valoriza os policiais, mas ao mesmo tempo busca aperfeiçoar os

mecanismos de segurança e melhorar a segurança pública no nosso Estado. O da Defensoria também vem na mesma linha, de melhorar a estrutura do Estado e ao mesmo tempo oferecer melhores condições de trabalho, melhores condições salariais aos defensores públicos. Também o da Procuradoria, e assim por diante.

Portanto, é importante que todos os trabalhadores estejam aqui para acompanhar esse processo, essa discussão e esse debate, para buscar fazer os ajustes que sejam necessários dentro de uma proposta consensual que represente os interesses de todos os trabalhadores. Existem contradições muitas vezes no próprio segmento e elas precisam ser resolvidas pelos próprios trabalhadores a fim de que possamos, realmente, avançar em conquistas melhores e cada vez mais consistentes para a nossa sociedade.

Vivemos aqui um momento bastante rico, de muita discussão, de muitos debates, momento de aprovação de projetos, e hoje mesmo teremos aqui vários projetos.

No que diz respeito à questão da segurança pública, ia falar um pouco, mas o tempo começa a se esgotar. Mas queria dizer que essa questão da segurança pública, já comentei aqui dezenas de vezes, várias vezes, é um problema extremamente complexo e que exige uma ação organizada do Estado e de toda a sociedade. O governo vem agindo com muita sabedoria, porque vem tratando essa questão com muita seriedade, com muita consistência, vem buscando fortalecer os mecanismos de segurança, a estrutura da segurança pública no nosso Estado, mas ao mesmo tempo tomando medidas estruturais para reduzir as desigualdades sociais. E um exemplo disso é o programa Água para Todos, que já beneficiou 1 milhão 170 mil pessoas e é um programa que busca reduzir as desigualdades sociais...

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Nobre deputado Álvaro Gomes, V.Ex^a está com o tempo esgotado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- O tempo já terminou, Sr. Presidente?

(...) e os programas estruturantes buscam reduzir as desigualdades sociais também como uma forma de reduzir a violência no nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria, ou do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PCdoB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Ubaldino.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre deputado Ubaldino.

O Sr. CARLOS UBALDINO:- Sr. Presidente, companheiros deputados e deputadas, amigos que nos prestigiam com a presença nas Galerias Paulo Jackson, creio que Deus propiciou este dia na história do Parlamento baiano, em convocação extraordinária, quando estamos a debater 23 projetos que vêm ao encontro dos anseios da população baiana.

Como homem conhecedor de Deus, estava fazendo uma dedução, meu querido

amigo Luiz, de que o ser humano é muito ingrato para com o seu criador. No ofuscar de um novo dia, ouvimos o alarido dos pássaros comemorando o direito à vida por mais um dia e, muitas vezes, todos passamos desapercibidos sem um gesto de gratidão para com o nosso criador.

Diz um adágio popular que o povo tem o governo que merece e, se hoje temos a primazia e o privilégio de ter um governador com seus olhos voltados para os anseios da população baiana, creio que isso é Deus atendendo ao clamor da nossa Bahia.

Senhores, percebemos na pessoa do nosso mui digno governador Wagner o desejo de ver as coisas acontecerem. Agora há pouco, a nossa querida Salvador recebeu o presente do Anel Viário do Aeroporto da nossa capital, começo de grandes obras que virão a acontecer.

Olhando para o nosso mui digno presidente Lula, muitos não procuram detectar por que ele conseguiu chegar ao índice de aprovação de cerca de 80%. Observa-se que a própria Bíblia diz que quem dá um copo com água a um dos pequeninos não perde o galardão, e o nosso presidente Lula voltou os olhos para os mais carentes do nosso Brasil, colocando à disposição do povo o programa de amparo àqueles que não tinham um teto para colocar a sua cabeça nem a sua família.

Quantas cidades, eu que conheço a Bahia, nobre presidente, em todas as cidade que visitamos, vemos 200, 300, 400 e mais casas construídas, presente do nosso presidente Lula. O Programa Água para Todos, que vem conquistando e alcançando os anseios daqueles que não tinham um copo do líquido preciso para beber, tem tirado a sede de muitos que vivem no Semi-Árido baiano e, hoje, têm uma torneira com água dentro da própria casa. O Programa Luz para Todos e todos esses programas voltados para os mais carentes e ainda o Bolsa Família...

Ainda nesta semana, Srs. Deputados, uma senhora me abraçava, dizendo: deputado, faça justiça à minha necessidade, a minha filha está prestes a morrer e, se não fosse esses 110 reais do Bolsa Família que Deus usou o presidente Lula, eu estaria passando muita fome.

Senhores, e vemos nos dias atuais, o mundo mergulhado no crime e no caos. Os olhos do mundo estão voltados para as ações de Israel. E a nossa Bahia, o nosso Brasil, meu querido Penedo, triunfando, e o nosso presidente passando a mensagem de otimismo, dizendo que o Brasil não passará por essa recessão que o mundo está passando. Essa é uma mensagem de otimismo. E eu conversava com o mui digno governador Wagner, quando ele me disse: Estou também otimista, deputado Ubaldino, porque a nossa Bahia vai crescer, ela cresceu em 2008 e, em 2009, vai crescer muito mais. E eu acredito, porque a Bíblia diz que os passos de um homem bom, eles são confirmados por Deus.

Sr^{as} e Srs. Deputados, observa-se que durante este mês estaremos votando o projeto que autoriza o transporte alternativo em nosso Estado. Essa é uma demanda de muito tempo. Quantas pessoas, a gente percebe, Penedo, chegam com o transporte num posto policial e ali ficam sem dinheiro para viajar. E eu tenho a certeza de que esse projeto irá alcançar essa categoria e desde antes eu parabenizo o governo por

esse presente. Eu irei votar a favor do transporte alternativo no Estado.

Sr^{as} e Srs, observa-se ainda que a alma farta ela pisa o favo de mel, mas para um faminto, todo amargo é doce. Eu estou contemplando os anseios de uma população que, há muito tempo, está dizendo: precisamos de Bolsa Família, Luz Para Todos, precisamos de moradia, precisamos melhorar as nossas rodovias. E agora há pouco a nossa BA, de Olindina a Itapicuru, está se transformando em um verdadeiro tapete preto. Isso é um governo atentar para a região que está dentro do Semiárido, Sr. Presidente, um povo sofrido, um povo que clama por justiça e por trabalho, por ações de um governo que quer ver as coisas acontecerem.

Parabéns, secretário Solla. Vamos ter um projeto, ainda neste mês, que vem ao encontro das necessidades da saúde. Quero dizer de público que eu irei votar a favor, para melhorar a saúde, que há muito tempo deveria ter mudado. Solla é um homem que volta o seu olhar para as necessidades e os anseios do povo que precisa da saúde oferecida pelo Estado.

Quero me referir, ainda neste momento, ao mui digno município de Ipaticuru. Ainda nesta semana o nosso prefeito José Moreira estará comemorando uma data marcante na história daquele município. Um município que está entre as 34 cidades mais pobres do Estado da Bahia. Mas, de 4 anos para cá, ele vem progredindo, e o prefeito João Alfredo, ao passar a Prefeitura para José Moreira, teve o privilégio de entregar o município com saúde administrativa. São 24 veículos novos para a administração daquele município e uma patrol no valor de 500 mil reais. Isso é saúde, é transparência. Mas isso nós estamos aprendendo com o Sr. Governador, quando colocou as contas do Estado, à disposição dos Srs. Deputados e do povo do nosso Estado.

Quero parabenizar...

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Nobre deputado Ubaldino, V.Ex^a está com o tempo a se esgotar.

O Sr. CARLOS UBALDINO:- Com a clemência de V.Ex^a, quero encerrar minha fala, parabenizando ao nosso mui digno governador, aos Srs. Deputados que, com um gesto de gratidão a Deus, estão aqui para trabalhar neste mês.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre líder do Bloco Parlamentar PR/PRTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, falará por 4 min, o deputado João Carlos Bacelar e pelos 4 minutos restantes, o deputado Júnior Magalhães.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Falará por 4 min, o nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, inicialmente quero agradecer a liderança do PR por ter cedido o tempo deste Partido para que tanto eu como o deputado Júnior Magalhães o utilizássemos.

Mas Sr. Presidente, trago aqui uma reflexão que acho importante para os

destinos do Estado. A arrecadação do Estado da Bahia caiu em dezembro como reflexo da crise instalada na Secretaria da Fazenda. Olha, que dezembro é um mês propício, é um mês em que, tradicionalmente, há um aumento na arrecadação estadual, pois a soma arrecadada no mês de dezembro foi de 786 milhões e 700 mil contra o valor de 849 milhões que foram arrecadados com o ICMS no mês de novembro. Volto a chamar a atenção que dezembro é sempre o melhor mês de arrecadação para o Estado.

Técnicos da Secretaria da Fazenda atribuem a queda da arrecadação à política de administração tributária do governo Wagner com a priorização de setores não importantes para a arrecadação. Nomeação de gestores inexperientes na área fazendária e a excessiva politização da gestão da Sefaz.

Tenho denunciado aqui, deputado Eliedson, que o governo tem tentado aparelhar a máquina fazendária para fazer do sistema de arrecadação pública um sistema de perseguição política.

Encontra-se nesta Casa um projeto de lei que quer patrocinar um verdadeiro trem da alegria na Secretaria da Fazenda. Comenta-se que todos os procuradores do Estado que foram consultados para opinar sobre este projeto de lei que se encontra nesta Casa recusaram, somente o procurador geral, Dr. Rui Moraes, teve a coragem de dar o parecer neste processo, o que mostra que a Primeira Dama do Estado, D. Fátima Mendonça, tem razão quando critica a Procuradoria. Aliás, essa razão já havia sido dada pelos próprios procuradores quando a sua associação emitiu uma nota que, em outras palavras, só fazia confirmar o que D. Fátima disse.

A que ponto estamos chegando no Estado da Bahia que não aproveitou e não aproveita o bom momento da economia internacional, que não aproveitou o grande número de investimentos que o governo Paulo Souto soube, competentemente, trazer para este Estado e hoje tem um decréscimo na arrecadação do Estado da Bahia, o que vai comprometer, sem sombra de dúvidas, deputado Eliedson, a realização e a plena efetivação do Orçamento de 2009.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandir Oliveira):- Complementando o tempo do deputado João Carlos Bacelar, o nobre deputado Júnior Magalhães pelo tempo de 04 minutos.

O Sr. JÚNIOR MAGALHÃES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhoras e senhores da imprensa e das Galerias, ouvi atentamente o discurso do deputado Carlos Ubaldino, ele dizia que o governo Wagner encaminhava para esta Casa um presente. Mas veja, Sr. Presidente, que presente!

Iremos analisar nesta convocação um projeto que regula todo os sistema de transporte de passageiro do Estado da Bahia e define 05 sistemas, deputado Eliedson, de transporte: primeiro, o metropolitano, o estrutural, o regional, o rural e o complementar. O complementar é o sistema que chamamos hoje de transporte alternativo, transporte clandestino.

Deputado Pedro Alcântara, esse projeto define o transporte complementar como aquele que só vai acontecer quando não houver a viabilidade econômica e financeira para ser atendida através de outro sistema. Trocando em miúdos, Sr^{as} e Srs. Deputados, é um projeto – o deputado Gaban solicitou, ontem, ao presidente que retirasse da pauta esse projeto - muito sério que precisa ser debatido, discutido.

Temos hoje, Sr. Presidente, levantamentos. Realizamos no ano passado quatro audiências públicas sobre o transporte complementar ou clandestino, como queiram chamar, e há um levantamento, deputado Javier Alfaya, mostrando que na Bahia, hoje, existem 7500 veículos que realizam esse transporte. Muitas vezes esse transporte é do interior, a ambulância, o carro de socorro do povo, e temos em mão neste momento, apenas nesse período de convocação, este projeto polêmico. Tenho sido procurado por várias cooperativas. O projeto não estabelece garantias para quem já está no sistema, são só 7500 pais de família que dependem desse trabalho para ter o seu pão de cada dia.

Então, deputado Carlos Ubaldino, quero discordar de V.Ex^a. Isso não é um presente, não. É, sim, um verdadeiro presente de grego para os motoristas do sistema complementar do Estado da Bahia, para os topiqueiros, para os motoristas de Van. Precisamos discutir.

Quero aqui agradecer, Sr. Presidente, ao presidente da Agerba, Dr. Lomanto. Já estive com ele e em momento algum ele se furtou de discutir este projeto. Mas eu quero, Sr. Presidente, acompanhar o entendimento do deputado Gaban para que possamos solicitar a retirada deste projeto, discutir a fundo e, posteriormente, votar de uma forma mais tranquila.

Deputado Pedro Alcântara, recebi, ontem, uma cooperativa da região de V.Ex^a, de Juazeiro, Casa Nova e Curaçá, são pessoas que estão muito preocupadas. Recebi cooperativas de Barreiras, Feira de Santana, da Região Metropolitana, e todos estão preocupados com o destino que se dará, deputado Álvaro Gomes, a esses motoristas que dependem desse trabalho importante. Deputado Jurandir, muitas das vezes esse transporte é o único meio de locomoção no interior do Estado da Bahia, em muitas localidades deste Estado. Então, precisamos olhar isso, analisar, deputada Angela Sousa, que também conhece este assunto. Já tratamos disso na nossa comissão e esperamos que este projeto seja retirado de pauta, ou que o governo possa realmente legislar, definir o transporte complementar, mas não apenas dando a este somente aquilo que não for viável economicamente para o sistema coletivo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB, para falar ou indicar orador por 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Javier Alfaya.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o deputado Javier

Alfaya.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente, vou tratar de um assunto extremamente sério que acho que não deve merecer risadas nem dos Srs. Deputados nem das Sr^{as} Deputadas. Nós tratamos dos problemas da Bahia e nos preocupamos com os problemas do Brasil e da humanidade.

O mundo inteiro atualmente está às voltas com os problemas que estão acontecendo na Faixa de Gaza, território palestino. Este assunto é importante porque o jornal *A Tarde* de hoje e o *Correio da Bahia*, na minha opinião, algumas vezes de maneira até irônica, inconveniente e com tratamento preconceituoso, falam do descanso - perdão! - do presidente Lula e do governador Jaques Wagner na praia de Inema.

Segundo *A Tarde*, eles conversaram sobre vários assuntos. Entre outros, a invasão de Israel à Faixa de Gaza, uma parte do território do futuro Estado palestino. Esse assunto, portanto, é preocupação do presidente da República, é preocupação do governador Jaques Wagner, é preocupação da imprensa baiana, brasileira e mundial, é preocupação do futuro presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, também do papa, de outros líderes religiosos e de diversos deputados que aqui se manifestaram, destacadamente o deputado Álvaro Gomes.

Alguns outros parlamentares se pronunciaram de forma irônica, brincalhona sobre um tema que creio merecer a mais alta seriedade e respeito. Inclusive ontem o deputado João Carlos Bacelar fez um comentário *en passant* de que aqui se tratava de tudo, até da Faixa de Gaza, e não de assuntos como a segurança do Estado.

Eu divirjo do colega João Bacelar e acho que não estamos nos desviando dos assuntos da Bahia. A Assembleia está tratando sim dos assuntos da Bahia, mas creio que cabe também tratarmos de assuntos como o derramamento de sangue do povo palestino na Faixa de Gaza.

Esta *hata* que estou usando por cima dos ombros, deputado Jurandy, V.Ex^a que preside com a deputada Ângela a sessão, me foi presenteada pelo líder Yasser Arafat quando estive com ele no dia 2 de janeiro de 1982, em Beirute, capital do Líbano. Visitei aquela cidade numa delegação composta por jornalistas brasileiros, entre eles Fernando, que foi secretário da Cultura de São Paulo, o escritor que escreveu sobre o famoso livro acerca da Ilha de Cuba, Fausto Wolff, do *Pasquim*, e vários deputados federais, inclusive Airton Soares, que foi e ainda é um quadro do PSD.

Chico Pinto tinha ido à Palestina no ano anterior, em 1981. Saiu uma delegação de quase 30 brasileiros, e eu ia representando a UNE, União Nacional dos Estudantes, já como seu presidente. Passei o *réveillon* de 81 para 82 em Beirute, conflagrada cidade libanesa em guerra civil. Ficamos do lado muçulmano da capital do Líbano, que era o lado que dava apoio à causa palestina. A população palestina, de grande presença muçulmana, vivia concentradamente nesse lado, chamado lado Leste de Beirute. O lado Oeste estava controlado pelos cristãos maronitas, que faziam um jogo de aproximação com Israel.

Essa rata que hoje visto com muita honra foi um presente do grande líder Yasser Arafat, que faleceu há uns 3 ou 4 anos, e que guardo com muito carinho, com

muita honra. Esta peça me foi dada por essa figura que marcou a política progressista libertária do século passado e ainda hoje é a grande referência como estadista, como chefe de estado da Autoridade Nacional Palestina, que é a base, que é a matriz, que é a origem do que será um dia o verdadeiro Estado Palestino que queremos. A comunidade internacional pretende seja um Estado baseado num território contínuo não em dois pedaços – Faixa de Gaza, Cisjordânia e Palestina. Um Estado como é o Brasil, como é a França, como é a Argentina, um Estado que seja assentado no território contínuo, no qual a sua população possa circular livremente, fazer sua vida cultural, social, econômica, política. Enfim, ser uma nação e ser um estado.

Estou propondo, deputado Jurandy, que a Assembléia Legislativa da Bahia aprove uma moção de caráter humanitário em solidariedade à Embaixada Palestina no Brasil, que tem sede, evidentemente, não poderia deixar de ser assim, em Brasília. É uma embaixadora, uma senhora a representante palestina no Brasil. Essa moção que vou apresentar em breve aqui no plenário pede que o Estado de Israel retire suas tropas da Faixa de Gaza e apóia a idéia de uma imediata abertura de negociações entre o Estado de Israel e a Autoridade Nacional Palestina com o apoio das Nações Unidas. Com o fim das agressões, imediatamente, poderemos ter a abertura de um processo de negociação mais estrutural que nos leve a uma situação permanente de respeito por parte de Israel ao Estado Palestino e por parte de algumas forças políticas que existem na sociedade palestina, como em outras sociedades, também de respeito ao Estado de Israel.

Não sou daqueles que compartilham a idéia de que o Estado de Israel tenha que ser destruído. Isto seria um total e completo absurdo. A posição do meu partido, a posição do PC do B, a opção minha pessoal, das forças políticas, eu acho, mais conseqüentes é a de que tem de haver... Jerusalém, por exemplo, é uma cidade que era governada com a convivência dos cristãos, dos muçulmanos e dos judeus. Jerusalém tem hoje um prefeito palestino, inclusive, e podemos ter, a exemplo do que acontece lá, uma governança compartilhada naquela que é a capital que simboliza três grandes religiões: o judaísmo, o islamismo e o cristianismo com todas as suas vertentes. Aqui mesmo há vários deputados que são de diversas vertentes do cristianismo - Igreja Universal do Reino de Deus, católicos, Assembléia de Deus, batistas e outros tantos que são cristãos.

Enfim, Jerusalém é um patrimônio dessas religiões e é um patrimônio da humanidade, referência fundamental de entendimento para a humanidade. Assim como Jerusalém pôde ser governada durante certo tempo compartilhando essa diversidade de religiões e culturas, queremos que o território palestino exista e seja respeitado pelo Estado de Israel e que este também tenha o direito de viver, evidentemente, em paz, sem nenhum tipo de agressão. Quero dizer mais uma vez que não sou daqueles que compartilha a idéia de que Israel tenha de ser destruída. Acho que Israel tem de ser derrotada na sua política belicista, militarista, racista, discriminatória contra a cultura palestina, contra os palestinos, contra a nação palestina e superar essa política que agora estamos vivendo. Hoje se adianta que a posse de Barack Obama provavelmente inaugura uma política de maior pressão sobre

o Estado de Israel. O que o Estado de Israel fez foi aceitar uma pseudo provocação feita por uma facção política para fazer uma intervenção e dessa maneira criar uma nova situação de instabilidade que lhe permita manter a atenção permanente sobre aquele setor do mundo, aquela parte do mundo que é tão importante, porque está próxima de grandes áreas de reserva de petróleo, como a Península Arábica, que tem países como a Arábia Saudita, o Iêmen, o Kuwait, o Iraque também é próximo, o Irã, etc. Então, entendemos que a instabilidade facilita a ação do imperialismo norte-americano e das grandes potências, que têm interesse em controlar o preço do petróleo, não à base da negociação com os países produtores, mas à base do controle imperialista sobre essas reservas e a sua circulação como mercadoria fundamental para o funcionamento da economia, especialmente da economia ocidental.

Termino, deputado Jurandy, dizendo que, dentro de alguns minutos, apresentarei uma moção, espero que a Mesa desta Casa possa apreciá-la, e eu quero dizer isso levando em conta inclusive, deputado Jurandy, que já fiz um pronunciamento semelhante há 3 ou 4 anos, referindo-me à importância da comunidade de origem árabe aqui no Estado da Bahia. Aqui mesmo, temos a deputada Virgínia Hagge, que é neta de imigrantes libaneses, seu pai, ex-deputado Michel Hagge, foi prefeito de Itapetinga; o ex-governador Paulo Souto, que é Paulo Ganem Souto, também neto de libanês, para não falar do ex-secretário Moussalem, de poetas como Waly Salomão, e outros tantos artistas baianos que são filhos, netos e tataranetos de libaneses, de sírios, que também fizeram parte da construção, da cultura e do que é hoje a Bahia.

O deputado Pedro Alcântara me passa aqui o jornal *Folha de S. Paulo* com a fotografia de uma criança morta em decorrência de uma escola, que tinha 60 crianças, bombardeada pelas tropas de Israel. Pela sensibilidade humanitária que tem a Assembléia da Bahia, pela tradição democrática do nosso Estado, eu queria que a Mesa desta Casa concordasse ou estudasse com carinho a moção que eu quero apresentar, que ela seja subscrita pelos deputados e deputadas da Casa, que possamos fazer essa moção chegar à Presidência da República, às Embaixadas de Israel, da Palestina e de todos os países árabes que tenham representação em Brasília.

Muito obrigado, deputado Jurandy, pela tolerância e pela compreensão de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE(Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos. (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Não há orador? Diga aí, deputado.

O Sr. Luiz Augusto:- Por todo o tempo, falará o deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- No Horário do PP/PRP, com a palavra o deputado Carlos Gaban.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, a Casa está um pouco dispersa, tratando de vários outros assuntos e gostaria, apenas no intuito de convidar, de trazer, os deputados para o Plenário, porque vou tratar de 2 projetos que estão na pauta de convocação, e para que possamos começar a discussão, porque são ao meu ver assuntos sérios, solicito uma verificação de quórum para continuidade da sessão. Essa verificação, reitero, não é para atrapalhar e, se for necessário, até a retiro, mas é uma tentativa de trazer os deputados para o Plenário para que possamos começar a discutir alguns projetos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, acho que o deputado Gaban na sua afirmativa concordou em não derrubar a sessão, de forma que eu queria propor a V.Ex^a que convoque todos os deputados presentes a fim de ouvirmos o nosso colega Carlos Gaban. E assim a sessão não seja derrubada, já que temos a necessidade de votar projetos importantes que estão na Ordem do Dia de hoje.

O deputado Carlos Gaban está inscrito para falar no tempo do PP, e ele nos solicita a presença em Plenário para acompanharmos o seu discurso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Solicito aos Srs. Deputados que estão no cafezinho, no Salão Nobre, etc., que venham para o Plenário, tendo em vista que há uma verificação de quórum para continuidade da sessão solicitada pelo deputado Gaban.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Zerem o painel e marquem os 15 minutos.

Srs. Deputados que queiram a continuidade da sessão, por favor, marquem as suas presenças. (Pausa) Srs. Deputados, há uma verificação de quórum solicitada pelos deputados Gaban e Waldenor Pereira. (Pausa)

Temos quórum para a continuidade da sessão.

Há um requerimento, assinado pelo Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, que solicita, nos termos do art. 89, parágrafo único do Regimento Interno, a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 300 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes na Ordem do Dia.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, o requerimento apresentado pelo Líder do governo, deputado Waldenor, exige quórum qualificado de maioria absoluta para a sua deliberação. Portanto, solicito de V.Ex^a uma verificação de quórum de votação.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido, deputado Gildásio Penedo.

Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira, Líder do governo.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista a iniciativa do deputado

Gildásio Penedo de solicitar uma verificação de quórum de votação, eu convido os colegas deputados e deputadas da Bancada do governo a se deslocarem imediatamente até o Plenário desta Casa para que este quórum seja restabelecido e possamos prorrogar a sessão para a apreciação e votação de importantes projetos.

Nós estaremos no dia de hoje apreciando e votando o projeto que trata do programa estadual de transporte escolar, estaremos tratando do projeto que institui o programa de bolsa-esporte para apoiar jovens talentos na área do esporte, estaremos apreciando e votando o projeto que institui o sistema estadual de cooperativismo, que vai regulamentar as diferentes formas de cooperativismo no Estado da Bahia, e também vamos apreciar e votar projeto que estabelece penalidades para empresários, proprietários de postos de combustíveis, que porventura cometerem adulteração de seus produtos, como a penalização com inaptidão no cadastro de ICMS.

Portanto, solicitamos dos deputados e deputadas da Bancada da Situação o imediato deslocamento até o Plenário desta Casa Legislativa, tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quórum de votação e nós precisamos contar com 32 Srs. Deputados e Deputadas presentes ao Plenário.

Estou verificando aqui o painel eletrônico e estamos contando hoje com a presença de 59 Srs. Deputados. Por isso, é importante que os deputados se desloquem imediatamente. Quero solicitar do Sr. Presidente que, após zerar-se o painel, seja estabelecido o tempo de 25 minutos para que os Srs. Deputados se desloquem até este Plenário, registrando suas presenças e restabelecendo o quórum necessário para o processo de votação.

Esta é a nossa questão de ordem, Sr. Presidente, agradeço a V.Ex^a pela atenção e tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados que estão no cafezinho, no Salão Nobre, gabinetes, nos corredores e nas Comissões atendendo lideranças políticas e comunitárias e associações, que venham para o Plenário, tendo em vista que há uma verificação de quórum de votação, quórum qualificado de 32 Srs. Deputados.

Gostaria de que fosse marcado o tempo de 25 minutos e que fosse zerado o painel. Os Srs. Deputados que queiram votar, por favor, marquem suas presenças.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, neste momento nós estamos aqui numa solicitação de verificação de quórum para aprovação de um requerimento de prorrogação da presente sessão. Ela se encerra às 18 horas e por isso tem de ser prorrogada. Já estamos às 17h 41min e precisamos da presença dos deputados neste Plenário, sob pena de a sessão cair e não votarmos os projetos dos parlamentares hoje. Ainda bem que já há 31 deputados, e vamos alcançar esse quórum rapidamente.

Além disso, volto a insistir na necessidade de os parlamentares ficarem próximos do Plenário porque está prevista a votação de vários projetos nesta quarta-

feira e a todo momento pode haver a solicitação de quórum. Portanto, os deputados precisam estar aqui presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovada a prorrogação da sessão por 300 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Waldenor Pereira, Líder do governo, aproveitando aqui o Líder do PMDB também presente e vários outros Líderes, eu gostaria de uma atenção sobretudo dos deputados. Nós estamos aqui num processo de convocação extraordinária em que mais de 25 projetos estão em pauta. Ontem eu já alertava sobre três deles, deputado Reinaldo Braga, que nós devemos ter muito cuidado até porque, primeiro, nas conversas que ocorreram em dezembro, quando se falava na convocação extraordinária, como eu dizia ontem, o motivo principal era o reajuste dos servidores públicos do Estado da Bahia. Isso para eles não serem prejudicados, já que o governo federal irá reajustar o salário mínimo no mês de fevereiro.

Assumimos o compromisso - toda a Oposição - de não criticar a convocação extraordinária e assim estamos fazendo. Ontem, eu alertava que três projetos haviam sido encaminhados à Casa e não faziam parte dos que foram acordados para votação neste período extraordinário. Um deles, a PEC que acaba com a estabilidade do servidor público.

Alertei ontem e conversei com o Líder Waldenor. Apresentei-lhe e também ao presidente da Assembleia, deputado Marcelo Nilo, algumas razões. Hoje o deputado Clóvis Ferraz uma delas colocou desta tribuna: a de que na hora em que você vota a PEC ainda tem o que vem em complementação a ela. Temos um projeto a ser votado, o 17.727/2008, que altera a redação do inciso II do art. 92 da Lei 6.677, de 20 de setembro de 94.

O que é que diz, Srs. Deputados? O que é que nós vamos votar? Na hora em que votarmos, o que vai acontecer? A vantagem incorporada na forma dessa lei será revista na mesma época e no mesmo percentual do regime geral do vencimento dos servidores públicos estaduais. O que significa isso? A qualquer momento qualquer governo, a partir do momento em que aprovarmos esta lei, dará, por exemplo, um reajuste de 3% geral para o funcionário, porque normalmente os governos estão dando esse reajuste, de acordo com a inflação. Mas os ocupantes de cargos de confiança podem ter 30, 40, 50% de aumento. Aqueles que teriam os seus direitos garantidos na época da aposentadoria, direitos adquiridos, começam a perder, porque se for dado o reajuste geral por salário mínimo ou geral para os funcionários de 3%, por que não vincular o aumento dos cargos de confiança para manter o mesmo padrão salarial que o servidor tem no exercício do seu cargo no governo do Estado? Entraram para o serviço público estadual com essa garantia. Essa lei, se esta Casa aprovar, vai acabar com o direito adquirido do funcionário público, vai acabar com o direito, deputado Capitão Tadeu, daqueles militares que se aposentaram, que hoje

estão na reserva e terão seus salários ano a ano diminuídos; seu poder aquisitivo vai cair, como o poder aquisitivo de qualquer servidor público do Estado que tem a estabilidade garantida por uma lei. Esta Casa não pode cometer um suicídio coletivo contra os servidores públicos do Estado.

Por isso, ontem eu já dizia: não é matéria para ser votada em convocação extraordinária, até porque o acordo feito não permitia a votação desta lei e da PEC. E por essa razão, por tirar um direito adquirido dos funcionários públicos que têm a estabilidade garantida é um suicídio, é uma traição, que esta Casa faria com os servidores públicos do Estado da Bahia no exercício do cargo.

O Sr. Capitão Tadeu:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Darei o aparte posteriormente, deputado Capitão Tadeu.

E lembrando, mais uma vez, que os policiais militares são 14 categorias. Lembrei da Polícia Militar, porque V.Ex^a e o deputado Capitão Fábio estavam passando na minha frente e serão tremendamente prejudicados depois que aprovamos em dezembro, agora, o regime de previdência dos PMs do Estado da Bahia.

Outros dois projetos, que eu também já adiantei, um deles, que trata como já foi colocado pelo deputado Júnior Magalhães aqui hoje e eu ontem já falava. É o projeto que trata do transporte intermunicipal no Estado da Bahia. Esse projeto, Srs. Deputados, é um projeto que há muitos anos... Todos nós deputados temos problemas nos municípios que nós representamos com transporte alternativo. É uma categoria, são mais de 7 mil 500 famílias no Estado da Bahia, é um problema social. Esse projeto, mérito do governo Wagner, tenho que reconhecer, mas nós sem discutirmos esse projeto amplamente com todos os segmentos organizados, porque ele não trata apenas do transporte alternativo, trata da estrutura do transporte intermunicipal em todo o Estado da Bahia.

Esse é um projeto importantíssimo, participarei de todas as reuniões e discussões que sobre este assunto. Acho importante votarmos, mas é irresponsabilidade esta Casa votar sem uma ampla discussão. Votar no regime de urgência sem passar pelas Comissões Temáticas desta Casa, sem passar por audiências maiores, que são necessárias, com todos os segmentos organizados. Seria mais uma irresponsabilidade. E nós, mais uma vez, continuaremos da mesma forma, tendo problemas todo mês com o transporte alternativo. E agora estaríamos perdendo a oportunidade de regulamentá-lo de uma maneira séria e correta.

Então é outro projeto que não fazia parte do acordo de votações que havíamos feito na convocação extraordinária e agora está fazendo.

O Sr. Capitão Tadeu:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Eu vou dar o aparte ainda. Estou finalizando, deputado Capitão Tadeu.

E o último projeto, recebi hoje. Esse aqui realmente com grande surpresa, deputado Waldenor Pereira, deixei-o por último porque V.Ex^a, inclusive, é professor. Recebi aqui uma cópia de um ofício que foi assinado pela Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana, dizendo que o projeto 17.708, o que institui o bolsa-auxílio e os custos ou processos seletivos, ou auxílio de

produtividade, não foi em momento algum discutido com a categoria. Nessa carta que eles enviaram dizem que -(lê) “com a justificativa de regulamentar a remuneração de docentes e técnicos administrativos pela participação em Programas e Projetos do Governo, bem como pela prestação de serviços em cursos, atividades de extensão e pesquisa, consultoria técnica, coordenação e instrutória, que extrapolem o horário das suas atividades regulares”, o Projeto de lei supracitado, de fato, fere frontalmente o Estatuto **do** Magistério Superior.

Em primeiro lugar, ressalte-se que os regimes de trabalho, as atribuições e os encargos acadêmicos e as respectivas remunerações dos docentes das UEBA já estão definidas no Estatuto do Magistério Superior (Lei 8.352/02), o qual ordena a carreira docente na Educação Superior do Estado da Bahia.

Em segundo lugar, é incompreensível que o próprio Poder Executivo, com a anuência da Secretaria de Educação, desrespeite fragorosamente uma Lei, tornado-a letra morta e, pior, descaracterizando completamente a carreira do Magistério Superior, instituindo "bolsa auxílio" e "auxílio produtividade" pela realização de atividades próprias da carreira, por fora e acima do referido Estatuto.

Por fim, é inaceitável que este governo não tenha uma política salarial digna para professores e técnico-administrativos e nem destine os recursos necessários para a consolidação e a expansão da Educação Superior sob a sua responsabilidade e, ao mesmo tempo, utilize de instrumentos, supostamente normativos, para atacar e desmontar os princípios que regem a carreira do Magistério Superior, expressos no Estatuto conquistado em governos anteriores através da luta dos docentes.”

Concluindo, Sr. Presidente, dizer que não devemos votar regime de urgência, porque evita, inibe que a gente receba contribuição dos segmentos organizados. Será que o papel nosso é apenas votar e depois tem que remendar no futuro? A oportunidade é essa. Vamos ficar já que tem uma convocação até o dia 15 de fevereiro, mas vamos discutir. Não vamos votar mais urgência, não, Líder. Vamos ouvir os segmentos organizados para não fazer como nós fizemos com o projeto do Tribunal de Justiça, votamos e agora tem mais 3 projetos para serem remendados.

Muito obrigado, Sr. Presidente pela tolerância extrema que V. Ex^a teve.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do Governo deputado, Waldenor Pereira.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. e Sr^{as} que se encontram nas Galerias Paulo Jackson.

Queria em primeiro lugar prestar esclarecimento ao nobre colega Gaban, e estamos mantendo diariamente contatos, reuniões, entendimentos com as diversas categorias que envolvem o servidor público do Estado da Bahia. Queria em 1º lugar

destacar que para nossa felicidade estamos comemorando esse feito dizendo que 80% das categorias já firmaram acordo com o governo do Estado da Bahia, no que diz respeito à recuperação das carreiras, aos seus planos de cargos e salários. Os professores universitários, no que diz respeito a questão salarial, já assinaram documento com o governo do Estado, concordando com a incorporação de uma gratificação por atividade acadêmica – GAA – de 10% de incorporação, fora o reajuste linear que todos os servidores receberão. Esse projeto de que V. Ex^a faz referência, eu também já estive em reunião com a Associação dos Docentes, diz respeito à criação de uma bolsa-auxílio que será instituída caso seja negociada, para realizar pagamentos suplementares aos professores, tendo em vista que eles, enquanto servidores públicos, não podem receber outro pagamento do Estado, senão o próprio salário. E como os professores universitários promovem frequentemente esses cursos, o governo está instituindo essa bolsa-auxílio, que é uma forma alternativa de fazer um pagamento legal, sem a intermediação das famigeradas fundações, instituições que têm sido questionadas frequentemente pelo Tribunal de Contas do Estado. Só que no projeto dessa bolsa-auxílio foram incluídas outras bolsas, como a de produtividade, que os professores universitários não estão concordando.

Farei uma reunião amanhã, às 9h, com o secretário Adeum Sauer para tratar dessa questão. E para tranquilizar V.Ex^a, devo dizer que já estamos organizando a agenda de conversas e negociações para que não haja nenhum empecilho na aprovação desse projeto. Se houver, que possamos adequá-lo às conveniências das associações dos docentes e também dos reitores das universidades.

Darei um aparte a V.Ex^a um pouco adiante, mas pode ficar tranquilo porque já acordamos, inclusive com as associações dos docentes, essa agenda de conversas no sentido de buscarmos o entendimento. Estamos procedendo desse modo com as várias categorias que estão apresentando demandas e inquietações a respeito dos projetos em tramitação nesta Casa.

E agora, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero apresentar em Plenário, como já fiz na Secretaria da Mesa, uma moção de pesar pelo falecimento de um extraordinário professor, ex-reitor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, meu antecessor, o professor Pedro Gusmão, conhecido de muitos parlamentares, que infelizmente nos deixou no último dia 29/12/08.

Ele prestou relevantes serviços à comunidade de Vitória da Conquista e região, inicialmente como professor. (lê) “Era bacharel em Teologia e licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia de Campo Grande, do Rio de Janeiro, e pós-graduado em Conteúdos e Métodos do Ensino Superior pela Faculdade de Educação da UFBa.

Ao longo de sua vida, ocupou vários cargos na área da educação. Exerceu o magistério no ensino de 1º e 2º graus, foi diretor da Cidade Batista Lar da Criança-RJ, coordenador geral do Colégio Meira Lima-RJ, chefe do departamento de Educação da Indústria e Comércio de Minérios S/A, no Amapá, secretário de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Itapetinga, diretor da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista, diretor da Escola Sérgio de Carvalho – Vitória

da Conquista, professor do departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UESB e diretor da Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC, em Vitória da Conquista...” Além do cargo maior de reitor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

O companheiro, amigo e colega Pedro Gusmão era um exemplo de cidadão. Homem de caráter retilíneo, de conduta ilibada, um profissional cuidadoso com as suas atividades acadêmicas, extremamente responsável. Era também um extraordinário pai de família. Deixa a sua esposa, a companheira e amiga Berenice, e seus filhos Marcelo e Luciana, a quem externamos o nosso mais profundo pesar.

O professor Pedro de Souza Gusmão foi um dos fundadores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; fez parte da comissão responsável pelo reconhecimento da UESB no Conselho Estadual de Educação; foi eleito reitor democraticamente pela comunidade acadêmica, exercendo o mandato de 1991 a 1995.

Ele deixa, além de saudades, um relevante trabalho e serviços prestado a toda a região do Sudoeste da Bahia. Por isso, gostaria, na condição de deputado e de seu amigo e colega, de apresentar essa Moção de pesar pelo falecimento desse extraordinário cidadão, esse extraordinário professor que foi um dos responsáveis inclusive pela construção dessa que é uma das melhores universidades do Brasil, a nossa querida Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Aos familiares e amigos mais próximos, o nosso sincero e profundo sentimento, ao tempo que nos juntamos a todos colegas, funcionários, estudantes da Universidade, neste momento de dor, para transformar essa imensa saudade numa prática de ensinamentos que o professor Pedro nos deixou.

Portanto, a nossa homenagem, o nosso reconhecimento e a nossa moção de pesar pelo falecimento do nosso extraordinário companheiro, colega, ex-reitor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que nos deixou no último dia 29 de dezembro do ano de 2008.

Quero então, conceder um aparte ao deputado Carlos Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Waldenor Pereira, gostaria de parabenizá-lo. Esse é o papel do legislador, o nosso papel nesta Casa, ouvir os segmentos organizados para tentarmos chegar a um consenso. O que V.Ex^a expôs me agrada perfeitamente, e o espírito é esse. Além disso, quero parabenizá-lo. Espero que sejam acordados com a categoria pontos pertinentes aos pleitos que eles estão fazendo para que possamos votar em consenso nesta Casa, atendendo a essa categoria tão importante como são os docentes das universidades do Estado da Bahia.

Parabéns, é o que tenho que dizer neste momento.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Obrigado, deputado Gaban. Incorporo seu aparte ao nosso pronunciamento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Deputado Aderbal Fulco Caldas, gostaria de que V.Ex^a substituísse, se possível, a nossa companheira deputada Angela

Sousa. Ela precisa se ausentar.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou do Democratas para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falarei por todo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, visitantes que nos honram com suas presenças, imprensa presente a esta sessão, no Pequeno Expediente tratamos de um assunto eminentemente importante para a categoria do servidor público do Estado da Bahia.

O deputado Clóvis Ferraz, no seu pronunciamento, enfatizou a gravidade desse projeto de lei que determina a falência do sistema do servidor público do Estado da Bahia.

Hoje recebi várias categorias em nome da Liderança da Oposição, deputado Waldenor, juntamente com outros companheiros, e não há por parte de muitas categorias, e irei relatar o caso dos procuradores, dos defensores, dos auditores do SUS.... Há pouco recebia, com o nobre deputado Luiz de Deus, na Liderança da Minoria, os professores da Universidade de Feira, esse acordo que V.Ex^a preconiza. Na área de saúde, por exemplo, acabamos de receber os auditores do Sistema Único de Saúde, que dizem que o projeto de lei enviado está sendo analisado pela assessoria destrói uma carreira de Estado que é o auditor do Sistema Único de Saúde.

Há pouco recebi um documento que diz o seguinte, passarei a ler (Lê) “O governador Jaques Wagner pretende suprimir do servidor público um direito assegurado pela Constituição do Estado. Trata-se da estabilidade econômica, vantagem alcançada pelo servidor público efetivo após o exercício de cargo de provimento temporário por 10 anos, ou seja, após a prestação de um serviço adicional aos serviços para os quais o servidor foi contratado.

A Constituição do Estado da Bahia, em seu artigo 39, busca proteger o poder aquisitivo do servidor, determinando que:

"Art. 39. Ao servidor que exercer por dez anos, contínuos ou não, cargos em comissão e funções de confiança, é assegurado o direito de continuar a perceber, no caso de exoneração ou dispensa, como vantagem pessoal, o valor do vencimento correspondente ao cargo de maior hierarquia que tenha exercido por mais de dois anos contínuos, obedecido para o cálculo o disposto em lei."

Porém, o atual Governador encaminhou à Assembleia Legislativa Projeto de Emenda Constitucional n^o 114/2008, para que o servidor que venha a ingressar no Serviço Público a partir da data da Emenda, não seja alcançado por este dispositivo, o que significa que esse servidor não terá o seu poder aquisitivo protegido pela Legislação. O tal Projeto, caso aprovada, determinará que:

"Art. 1^o - A vantagem pessoal de que trata o art. 39 da Constituição do Estado da

Bahia não será devida aos servidores públicos efetivos que tiverem ingressado

na Administração Pública direta, autárquica e fundacional a partir da data de publicação desta Emenda.”

Ele não atinge apenas o servidor que ingressar agora no serviço público (Lê):

“ Mas não é só: o governador também pretende corroer os vencimentos daqueles servidores que já possuem a vantagem por estabilidade econômica. Para isso encaminhou Projeto de Lei nº 17.727/2008, que visa modificar a forma de revisão da vantagem por estabilidade econômica.

A Lei nº 6.677/94, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, inspirada na Constituição Estadual, prevê, em seu art. 92, a referida vantagem, estabelecendo, no § 2º, a sua forma de reajuste:”

Portanto, mais uma vez o governo sacrifica o servidor público do Estado da Bahia (Lê)“§ 2º – A vantagem pessoal por estabilidade econômica será reajustada sempre que houver modificação no valor do símbolo em que foi fixada, observando-se as correlações e transformações estabelecidas em lei.”

O Projeto do Governo prevê que este artigo tenha a seguinte redação:

“§ 2º- A vantagem incorporada na forma desta lei será revista na mesma época e no mesmo percentual do reajuste geral de vencimentos dos servidores públicos estaduais.”

Onde estão os representantes da categoria? Os presidentes dos sindicatos? Os presidentes dos segmentos organizados do servidor público? Onde está a presidente ou o presidente da Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia? Onde é que estão, deixando que o governo tome uma atitude como essa? Sugiro a V.Exª, deputado Waldenor, que tem sido sensível à negociação dos planos e cargos e salários, retirar Sr. Presidente Marcelo Nilo, esse projeto que se encontra na pauta. Não podemos votar essa ignomínia. Não podemos votar um fato que vai prejudicar a classe do servidor público do Estado da Bahia! Aqueles que sempre trabalharam, que se elegeram com as audiências públicas, com as assembleias, dizendo que estava ao lado do trabalhador, não podem neste momento dar as costas para o trabalhador. Cadê a coerência?

Sr. Presidente deputado Capitão Tadeu, é oportuna a presença de V.Exª na interinidade da presidência. V.Exª, como servidor público, como eu, já declarou em aparte ao deputado Clóvis Ferraz que votará contra esse projeto. E eu vou mais além, deputado Capitão Tadeu. Solicite, V.Exª que é da base aliada do governo, que o governo retire esse projeto da pauta de votação.

Deputado Waldenor, esse projeto não pode ficar sem uma discussão mais profunda. Temos que discutir isso com as categorias dos servidores. Será que todos os servidores, representantes dos servidores estão de acordo com essa ignomínia?

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarão os deputados Yulo Oiticica, por

6 minutos, e o incansável Álvaro Gomes por 3 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Com a palavra o deputado Yulo Oiticica pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Antecedo meu companheiro comunista para dizer que o Partido dos Trabalhadores, como partido de vida internacional, faz uma nota contra o terrorismo do estado de Israel contra o povo palestino na Faixa de Gaza. E quero agora aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para ler na íntegra a nota assinada pelo presidente do PT, Ricardo Berzoini e pelo nosso secretário de Relações Internacionais, nosso companheiro Valter Pomar: (lê) *“PT condena ataques criminosos PT condena ataques criminosos.*

Os ataques do exército de Israel contra o território palestino, que já causaram milhares de vítimas e centenas de mortes, além de danos materiais, só podem ser caracterizados como terrorismo de Estado.

Não aceitamos a "justificativa" apresentada pelo governo israelense, de que estaria agindo em defesa própria e reagindo a ataques.

Atentados não podem ser respondidos através de ações contra civis. A retaliação contra civis é uma prática típica do exército nazista.”

O governo de Israel ocupa territórios palestinos, ao arrepio de seguidas resoluções da ONU. Até agora, conta com apoio do governo dos Estados Unidos, que se realmente quisesse tem os meios para deter os ataques.

Feitos sob pretexto de "combater o terrorismo", os ataques de Israel terão como resultado alimentar o ódio popular e as fileiras de todas as organizações que lutam contra os EUA e seus aliados no Oriente Médio, aumentando a tensão mundial.

O Partido dos Trabalhadores soma sua voz à condenação dos ataques que estão sendo perpetrados pelas forças armadas de Israel contra o território palestino e convoca seus militantes a engrossarem as manifestações contra a guerra e pela paz que estão sendo organizadas em todo o Brasil e no mundo.

O PT reafirma, finalmente, seu integral apoio à causa palestina.

Portanto, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o pronunciamento também do militante do PT e governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, se alia à direção nacional do partido, através do nosso presidente Berzoini, do nosso secretário Valter Pomar, nessa perspectiva de ampliar o grande debate, na perspectiva real da construção de uma cultura de paz no mundo, se juntado à militância dos direitos humanos de todo o Planeta. Que se estimule o diálogo na perspectiva da busca e da construção da paz e não, do terrorismo de estado como alternativa à paz. Patrocinar o ódio, a guerra e a morte aos civis inocentes da Palestina, certamente, não é exemplo para nenhuma nação em qualquer lugar do mundo.

Nesse sentido, a militância internacional do PT realinha-se a todos os segmentos que pretendem construir a paz mundial contra o terrorismo de estado de Israel.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Capitão Tadeu):- Para complementar o tempo de até 3 minutos, com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Ainda debatendo essa agressão de Israel aos palestinos, pediria também para inserir nos Anais desta Casa uma matéria importante, na realidade, é um artigo publicado por João Carlos Teixeira Gomes, no jornal *A Tarde* de hoje, com o título: *O ranço histórico da violência*, onde ele começa no seguinte sentido:

Entra ano, sai ano, e a humanidade é a mesma, já dizia o conselheiro Acácio e repetimos nós. 2008 terminou com guerra e 2009 começa com guerra. O povo eleito massacra o povo deserdado, ou seja, Israel, a pretexto de combater os extremistas do Hamas, bombardeia e invade brutalmente a faixa onde vive uma extensa população de pelestinos, em grande parte privados dos direitos mais elementares a que faz jus um ser humano.

Portanto, é mais um artigo importante que gostaria de que fosse inserido nos Anais desta Casa, foi publicado no jornal *A Tarde*, é muito interessante e vai servir para ficar registrado aqui na Assembléia Legislativa.

Gostaria de também aproveitar o momento para dizer que o Iapaz, Instituto de Estudos e Ações pela Paz com Justiça Social, juntamente com o Instituto Sou da Paz e outras entidades do movimento social, do movimento sindical, está organizando uma manifestação para a próxima quarta-feira uma manifestação pela paz contra a guerra insana representada por esse massacre do povo palestino que Israel vem cometendo.

Portanto, entendemos que a sociedade precisa se movimentar. As manifestações vêm acontecendo no mundo inteiro, todos os setores democratas e progressistas vêm se colocando contra esta situação. E nós aqui na Bahia, assim como esta Assembleia Legislativa, devemos também participar deste processo.

Então convidamos todos os parlamentares a participar igualmente se unindo em solidariedade ao povo palestino, que vem sendo massacrado pelo Estado terrorista de Israel.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o projeto de lei nº 17.605/2008, de procedência do Poder Executivo, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar do Estado da Bahia- PETE/BA e dá outras providências.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e

Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo o deputado Yulo Oiticica para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, é com imenso prazer que passo a relatar este projeto do governador Jaques Wagner, de tamanha relevância para a juventude baiana porque trata de um direito. Quando a Constituição fala dos direitos, significa dizer também do acesso a eles. Porém, se se dá o direito mas se nega o acesso, conseqüentemente está se negando o direito. E disso trata esta matéria.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infra-Estrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 17.605/2008, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Institui o Programa Estadual de Transporte Escolar no Estado da Bahia - PETE/BA e dá outras providências'.*

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exm^o Sr. Governador do Estado, o projeto de lei que ora passo a relatar, instituindo, no âmbito da Secretaria da Educação, o Programa Estadual de Transporte Escolar no Estado da Bahia.

O Programa tem por objetivo 'transferir recursos financeiros diretamente aos Municípios que realizem, nas suas respectivas áreas de circunscrição, o transporte escolar de alunos de ensino médio da rede pública estadual, residentes no meio rural', segundo o disposto no art. 1º da proposição, sendo que o município pode ainda receber recursos quando comprove a realização de transporte de alunos da área rural do seu território para escola estadual localizada em outro município, dando-se assim maior amplitude ao Programa.

Cabe ressaltar, também, que o referido Programa guarda simetria com o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, 'fortalecendo o regime de colaboração entre Estado e Município, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório, como preceitua a Constituição Federal', conforme registra o Sr. Governador em sua Mensagem.

A participação no Programa depende de prévia habilitação do Município, mediante a assinatura de um termo de adesão a ser celebrado com o Estado, o qual terá validade de cinco anos, renovando-se automaticamente por iguais períodos, no interesse das partes. Já o valor a ser repassado ao município terá como parâmetros a respectiva área total e o número de alunos do ensino médio das escolas estaduais em área rural que utilizem o transporte.

Outro aspecto que merece destaque na proposição é o impedimento de repasse dos recursos do PETE aos municípios que utilizarem recursos em desacordo com as normas do Programa, que apresentarem prestações de contas em desacordo com a forma e prazo estabelecidos ou ainda que descumprirem as normas do Código de Trânsito Brasileiro, o que evitará o uso de veículos em más condições de realizar o transporte, de modo a garantir-se uma maior segurança aos estudantes.”

Todos sabem a importância dessa questão, e a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, por exemplo, já flagrou uma série de transportes escolares movidos a

bujão de gás.

(Lê) “(...) *Trata-se, assim, de mais uma medida importante medida do Governo do Estado voltada para o desenvolvimento da educação na Bahia, abrindo-se a possibilidade de uma efetiva ampliação da frequência escolar no ensino médio nas áreas rurais.*

O projeto não recebeu emendas. No entanto, objetivando disciplinar a aplicação dos rendimentos decorrentes de operações financeiras com recursos repassados aos municípios, apresento a seguinte emenda:

Emenda de Relator:

Acréscase o § 5º ao artigo 3º do Projeto de Lei nº 17.605/2008, com a seguinte redação:

'Art. 3º – ...

.....

§5º - Os rendimentos provenientes das aplicações de que trata o parágrafo anterior deverão voltar-se para o atendimento do Programa.

Justificativa: *A inserção visa assegurar, com assaz clareza, que os rendimentos provenientes da aplicação no mercado financeiro tão-somente serão utilizados para o atendimento do Programa Estadual do Transporte Escolar do Estado da Bahia, rechaçando qualquer possibilidade de desvio dos recursos.”*

Vale lembrar, Sr. Presidente, que essa preocupação da emenda, que é de minha autoria, se dá para deixar bem claro que é natural, normal pelo chefe do Executivo a aplicação dos recursos financeiros da prefeitura. Significa que o rendimento dessas, volto a dizer, tem a sua legitimidade e será também usado para beneficiar o programa.

(Lê) “(...) *Ante o exposto, opino pela aprovação da proposição ora relatada com a modificação proposta pela Emenda de Relator.”*

Sr. Presidente, este é o parecer e é favorável.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Líder do DEM, Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, por se tratar de um projeto de tamanha magnitude, importante para os estudantes da Bahia, solicito a V. Exª proceder a uma verificação de *quorum* no âmbito das comissões.

Solicito à minha Bancada que se retirem aqueles que pertencem às Comissões.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Exª será atendido, deputado.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, queria discordar do deputado Heraldo Rocha, solicitando que a Bancada dele permaneça aqui mesmo, que não se registre a presença, e é muito bem-vinda a presença dos colegas da Oposição.

Sr. Presidente, queria chamar a atenção dos nossos colegas deputados e

deputados da Bancada da Situação que compõem as comissões. Por favor, colegas que compõem as Comissões de Educação e Serviços Públicos, Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo, se deslocem até o Plenário, porque há uma solicitação de verificação de quórum no âmbito das comissões.

Quais são as comissões, Sr. Presidente, para eu convocar os membros delas?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. As Comissões de Constituição e Justiça, Infra-Estrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação e Cultura, Ciência e Tecnologia e Finanças e Orçamento. São quatro comissões, deputado.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, então, tomado conhecimento das comissões que compõem a votação deste projeto em questão, eu queria, o deputado Heraldo Rocha faz parte, ele pediu *quorum*...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele será marcado.

O Sr. Waldenor Pereira:- Exatamente. Queria convocar os colegas deputados e deputadas da Base do Governo que compõem as Comissões de Constituição e Justiça, Educação e Serviços Públicos, Infra-Estrutura e Finanças e Orçamento. Há uma solicitação de verificação de *quórum* no âmbito das comissões, e estamos necessitando da presença dos colegas.

Então, quero convocar todos os colegas que imediatamente se deslocassem até ao Plenário desta Casa Legislativa: os colegas que se encontram nos seus gabinetes, no cafezinho, nas demais dependências desta Casa que, por obséquio, por favor, pudessem se deslocar até ao Plenário, porque há uma solicitação de verificação de *quórum* de votação no âmbito das comissões: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Educação e Serviços Públicos, Comissão de Infraestrutura e Comissão de Finanças e Orçamento.

Colegas deputados e deputadas que compõem estas comissões é urgente a necessidade das presenças dos ilustres e das ilustres colegas, deputadas e deputados, para que possamos proceder à votação, à aprovação deste importante projeto que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar, que vai permitir o repasse fundo a fundo, estado\ município, de apoio do governo estadual para os municípios instituírem, implantarem ou melhorarem os seus programas de transporte escolar.

Portanto, quero dentro do tempo que me resta convocar os Srs. Deputados e Deputadas que compõem as Comissões de Finanças e Orçamento, Educação e Serviços Públicos, Constituição e Justiça e Infraestrutura para se fazerem presentes imediatamente ao Plenário. Faltam 36 segundos do meu tempo de questão de ordem para a presença dos Srs. Deputados e Deputadas no Plenário da Casa, tendo em vista que há uma solicitação de verificação de *quórum* de votação.

Companheiros, colegas, companheiras, deputados e deputadas das Comissões de Infraestrutura, Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento que se façam presentes imediatamente ao Plenário, senão não teremos *quórum* e condições de votação do projeto que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar.

Queria convocar todos os colegas deputados presentes nesta Casa Legislativa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, o deputado Javier Alfaya neste momento faz, imagino, uma bela homenagem ao povo palestino. Queremos saber dele se as cores da bandeira são do Hamas, do Hezbollah ou do Fatah, mas quero me incorporar à homenagem que o deputado Javier Alfaya faz neste momento em Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Srs. Deputados das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Finanças e Orçamento, venham para o Plenário. Solicito o comparecimento ao Plenário, tendo em vista uma verificação de *quórum* de votação do projeto do Executivo nº17.605/2008 que institui o Programa Estadual do Transporte Escolar no Estado da Bahia, PETE, e dá outras providências.

Srs. Deputados venham ao Plenário.

(O Sr. Presidente aciona as campanhas.)

Conforme tínhamos acertado ontem, até tem um acordo de lideranças, vamos esperar 15 minutos, a partir de agora. Gostaria que fosse marcado 15 minutos, vamos começar a chamar, por favor marque 15 minutos.

(O Sr. 1º Secretário “ad hoc”, deputado Eliedson Ferreira, procede a chamada dos deputados membros das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento, Educação e Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em discussão única e votação o Projeto de lei nº 17605/2008 de procedência do Poder Executivo.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 17.605/2009

Institui o Programa Estadual do Transporte Escolar no Estado da Bahia – PETE/BA e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Estadual do Transporte Escolar no Estado da Bahia - PETE/BA, no âmbito da Secretaria da Educação, com o objetivo de transferir recursos financeiros diretamente aos Municípios que realizem, nas suas respectivas áreas de circunscrição, o transporte escolar de alunos de ensino médio da rede pública estadual, residentes no meio rural.

§ 1º - Poderão, também, ser transferidos recursos do PETE/BA aos Municípios que comprovarem a realização de transporte escolar de alunos matriculados no ensino médio em área rural, residentes em seu território, para escola da rede pública estadual localizada em outro município, desde que avaliada a real necessidade pela Secretaria da Educação.

§ 2º - A transferência de recursos financeiros do PETE/BA de que trata o *caput* deste artigo dar-se-á de forma descentralizada e automática para os municípios integrantes do Programa.

§ 3º - A transferência será efetuada pelo Estado em conta corrente específica a ser indicada pelo Município.

Art. 2º - Para participar do PETE/BA, o Município deverá habilitar-se no Programa, mediante a assinatura de um Termo de Adesão a ser celebrado com o Estado da Bahia, sem necessidade de qualquer outro acordo, contrato ou convênio.

§ 1º - O Termo de Adesão de que trata o *caput* deste artigo terá prazo de 5 (cinco) anos, renovando-se automaticamente por iguais períodos, se não houver manifestação contrária das partes, e desde que não verificadas as hipóteses previstas no art. 5º desta Lei.

§ 2º - O município poderá desistir da adesão ao PETE/BA, a qualquer tempo, resguardada a manutenção do serviço de transporte escolar até o término do ano letivo em curso.

Art. 3º - O valor dos recursos do PETE/BA, a ser repassado a cada município, terá como parâmetros:

I - a área total do Município;

II - o número de alunos matriculados no ensino médio nas escolas estaduais em área rural que utilizem transporte escolar, constantes nos dados oficiais do Censo Escolar do INEP/MEC, relativo ao ano imediatamente anterior ao do atendimento.

§ 1º - Ocorrendo divergência superior a 3% (três por cento) entre o quantitativo de alunos constantes no Censo Escolar e o quantitativo efetivamente transportado, será utilizado como base de cálculo o quantitativo de alunos efetivamente transportados.

§ 2º - A relação de alunos efetivamente transportados terá de ser validada pela Direção da escola onde os alunos encontram-se matriculados.

§ 3º - A Secretaria Estadual da Educação - SEC divulgará, a cada exercício financeiro, a forma de cálculo, o valor a ser repassado aos Municípios, a periodicidade dos repasses, bem como as orientações e instruções necessárias à execução do PETE, observado o montante de recursos disponíveis para este fim, constante da Lei Orçamentária Anual.

§ 4º - Os recursos do PETE/BA repassados ao Município, enquanto não utilizados, deverão ser aplicados no mercado financeiro.

§ 5º - Os rendimentos provenientes das aplicações de que trata o parágrafo anterior deverão voltar-se para o atendimento do Programa.

Art. 4º - O repasse dos recursos do PETE/BA destina-se, exclusivamente, ao pagamento das despesas com o serviço de transporte escolar, executado de forma direta ou terceirizada.

Art. 5º - Não serão repassados recursos do PETE/BA aos Municípios que:

I - utilizarem recursos em desacordo com as normas estabelecidas para execução do Programa;

II - apresentarem a prestação de contas em desacordo com a forma e prazo estabelecidos;

III - descumprirem as normas definidas no Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 6º - O controle e a fiscalização quanto ao repasse e efetiva aplicação dos recursos do PETE/BA serão realizados pela Secretaria Estadual da Educação.

Art. 7º - Os Municípios que aderirem ao PETE/BA prestarão contas dos recursos recebidos, anualmente, até o dia 28 de fevereiro do ano subsequente.

Parágrafo único - Os documentos que instruem a prestação de contas, juntamente com os comprovantes de pagamentos efetuados com recursos do PETE/BA, serão mantidos pelo Estado e pelos Municípios em seus arquivos, pelos prazos previstos na legislação em vigor.

Art. 8º - O responsável pela prestação de contas do PETE/BA que inserir ou fizer inserir documentos ou declaração falsa, com o fim de alterar a verdade dos fatos, responderá civil, penal e administrativamente.

Art. 9º - O Estado autorizará o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE -, órgão vinculado ao Ministério da Educação, a repassar diretamente aos Municípios os recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE -, relativos aos alunos de ensino fundamental da rede estadual de ensino, beneficiados com transporte escolar executado pelos Municípios.

Art. 10 - A Secretaria Estadual da Educação promoverá, em conjunto com os Municípios interessados, anualmente, o planejamento conjunto das matrículas e turnos de funcionamento das escolas das redes estadual e municipal de ensino, de modo a racionalizar e reduzir custos com transporte escolar.

Art. 11 - O Poder Executivo disponibilizará, na Lei Orçamentária Anual, o montante de recursos financeiros a ser utilizado no PETE/BA, em cada exercício financeiro, à conta de dotação orçamentária específica, em valor não inferior ao do ano letivo anterior.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 07 de janeiro de 2009

Dep. Yulo Oiticica
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Em votação.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Gostaria que V.Ex^a verificasse o quorum de votação.

O Sr. Álvaro Gomes: Pela ordem. Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Pela ordem o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, queria solicitar a nossa Bancada o comparecimento imediato ao Plenário porque há uma solicitação de verificação de quorum para continuidade desta sessão e gostaria que fossem observados os 25 minutos para o comparecimento dos parlamentares e a partir de então, mais uma vez, nós reafirmamos aquela solicitação para que os deputados fiquem aqui próximos, porque a qualquer momento pode haver a solicitação de verificação de quorum, e havendo essa solicitação precisamos da presença dos deputados, para que possamos agilizar o processo de votação e para que a gente não precise esperar os 25 minutos.

Portanto, solicito do nobre presidente que observe os 25 minutos e que faça uma chamada dos parlamentares para que possam comparecer de imediato a este Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Senhores. Deputados que estão na sala do cafezinho, no salão deputado Nestor Duarte, que estão nos gabinetes, que estão acessando os sites, principalmente do deputado Heraldo Rocha, na biblioteca, compareçam ao Plenário tendo em vista que há um pedido de verificação de quorum de votação.

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos e as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, zerem o painel e marquem 25 minutos.

Os Srs. Deputados que queiram votar, por favor, marquem as presenças. Temos hoje quatro projetos em votação e este é o primeiro. (Pausa).

Já existe quórum de votação. Quero registrar que compareceram a esta sessão 61 Srs. Deputados. Parabens V.Ex^{as}.

Como recomenda a sua Bancada, deputado Waldenor?

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, recomendo que a minha Bancada vote a favor desse extraordinário projeto que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Ronaldo Carletto, como recomenda à Bancada de V.Ex^a?

O Sr. Ronaldo Carletto:- Vota sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo Rocha? (Pausa) Recomenda sim. Deputado Elmar? (Pausa) Recomenda sim. Todos os Líderes partidários recomendam sim.

Estão presentes 61 Srs. Deputados para votarmos, discutirmos e apreciarmos esses projetos oriundos do Poder Executivo. Gostaria de parabenizá-los pelo comparecimento.

Estão faltando votar os deputados Álvaro Gomes – aliás, ele acabou de votar –, Arthur Maia, Carlos Ubaldino, Eliana Boaventura, Luiz de Deus – V.Ex^a poderia

votar, por favor? – Luiz Argôlo, Jurandy Oliveira, Júnior Magalhães, Ubaldino, José Nunes, Gildásio, Heraldo Rocha, Misael Neto e Zé Neto.

Vou encerrar a votação. Srs. Deputados, gostaria de que ficassem no Plenário para que fizéssemos a votação o mais rapidamente possível, tendo em vista que existe a boa vontade de todos os parlamentares.

Vou encerrar a votação. Está faltando quem? Só falta nosso decano, deputado Jurandy Oliveira?

Vou encerrar. Quem está faltando? Vamos aguardar o Líder do DEM. (Pausa)

Encerrada a votação. Resultado: 53 votos sim; nenhum não. Aprovado, por unanimidade, o projeto nº 17.605/08, de procedência do Poder Executivo.

Em discussão única e votação o projeto nº 17.628/08, do Poder Executivo, que altera a lei nº 9.655, de 26 de setembro de 2005, que dispõe sobre a concessão e a inaptidão da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia para contribuintes que realizem operações com derivados de petróleo, gás natural e combustíveis líquidos carburantes e dá outras providências.”. Faltam os pareceres das comissões de Constituição e Justiça, Infra-Estrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Júnior Magalhães.

O Sr. JÚNIOR MAGALHÃES:- (Lê) “Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infra-Estrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 17.628/2008, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a Lei nº 9.655, de 26 de setembro de 2005, que dispõe sobre a concessão e a inaptidão da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia para contribuintes que realizem operações com derivados de petróleo, gás natural e combustíveis líquidos carburantes e dá outras providências”.

O projeto que ora passo a relatar, de autoria do Poder Executivo, objetiva promover alterações na Lei nº 9.655/2005, que dispõe sobre o Cadastro de Contribuintes do ICMS para operações com derivados de petróleo, gás natural e combustíveis líquidos carburantes.

A proposição “objetiva adequar a legislação estadual às normas da Agência Nacional de Petróleo – ANP, notadamente a Portaria nº 116, de 05 de julho de 2000, bem como tornar mais eficazes as ações fiscais desenvolvidas no âmbito das operações comerciais com combustíveis, de modo a inibir a evasão fiscal e o comércio de produto adulterado”, segundo a Mensagem do Sr. Governador.

O propósito da medida é vedar “a utilização de nota fiscal autorizada pela Secretaria da Fazenda para acobertar saídas não autorizadas pela ANP, tais como saídas de combustíveis por produtor, importador, transportador revendedor retalhista ou posto revendedor varejista com destino a posto revendedor varejista, ainda que pertencentes à mesma empresa”, conforme redação do dispositivo a ser acrescido à Lei nº 9.655/2005, onde é prevista ainda a aplicação de multa de 30% do valor comercial da mercadoria, tanto para o emitente quanto para o destinatário.

Trata-se, portanto, de proposta voltada para o combate à sonegação e a adulteração de combustíveis, devendo receber o pleno apoio dos Srs. Parlamentares desta Casa.

O projeto não recebeu emendas. Opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir o projeto, com a palavra o deputado Fernando Torres.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras, pelo que estou lendo, não vejo este projeto melhorar em nada a arrecadação de ICMS no Estado. O que vejo é que ele, deputado Heraldo Rocha, mostra a cara de quem manda no combustível da Bahia, o que os deputados sempre quiseram saber: os grandes distribuidores.

Vou explicar a vocês o que é este projeto. Um dono de posto que tem três postos de combustível, por exemplo, um sem bandeira e dois com bandeira. Sem essa lei, ele poderia comprar mais barato em qualquer outra distribuidora e transferir o combustível para os outros postos que têm bandeira. Agora, não pode mais. Então, esse projeto é simplesmente para contemplar quem realmente faz cartel no Brasil e na Bahia que são as grandes distribuidoras, Petrobrás, Shell, Esso... As grandes distribuidoras é que são contempladas nesse projeto. Não vejo melhorar em nada a arrecadação do ICMS desde quando o imposto é cobrado na fonte, deputado Heraldo Rocha. O imposto de combustível é cobrado na fonte.

Qual o interesse que o governo tem em não se poder fazer transferência de combustível de um posto para o outro? Qual o interesse se quem paga o imposto é a distribuidora? Qual o interesse? O interesse, é que há vários contratos de gaveta das distribuidoras com alguns postos e assim forçam esses contratos a funcionar. Forçam os contratos a funcionar. Esse é que é, realmente, o grande interesse. Então, no mandato anterior aqui na Casa, houve uma CPI dos Combustíveis. E esta CPI dizia que na Bahia os formadores de cartel eram os donos dos postos. Os maiores formadores de cartel aqui mostraram a cara: é o governo juntamente com as grandes distribuidoras.

O governo manda um projeto para ajudar as grandes distribuidoras, a concorrência acaba e, com certeza, o preço nas bombas vai subir, deputado Pedro Alcântara, V.Ex^a que participou daquela CPI dos Combustíveis. Aqui está na cara, não tem nada que melhore a arrecadação de impostos do governo, tem, sim, ajudar as grandes distribuidoras a fazer os postos de combustíveis cumprirem os contratos. Agora se o posto passar, deputado Gaban... Todo ramo no Brasil, ramo de confecções: você tem uma loja, essa loja pode vender a sua própria loja. O

combustível não pode por quê? Qual o motivo que quer aqui? Qual o imposto está sendo sonegado aqui? O imposto é ajudar as grandes distribuidoras a fazer os postos cumprirem os contratos. Isso não é obrigação do Estado fazer posto de gasolina cumprir contrato, deputado Reinaldo Braga, V.Ex^a que tem um posto de gasolina no município de Camaçari agora vai ter que cumprir o contrato rigorosamente com a companhia que contratou.

É um absurdo o governo ajudar grande distribuidor a subir preço de combustível, porque isso aqui é claro, o combustível vai subir de preço porque não vai poder ter concorrência. Aquele que tem, repito, acima de um posto de gasolina, um com contrato e outro sem contrato, não vai poder comprar e transferir para o outro. O que é que tem de errado nisso? O que é que tem de sonegação de imposto nisso, deputado Gildásio Penedo? Voto contra por esse motivo. Acho absurdo os grandes distribuidores pedirem ajuda ao governo do Estado para fazer posto de gasolina cumprir contrato. É um absurdo.

Peço aos colegas que tenham bom senso e votem de forma contrária a este projeto que é para ajudar os grandes distribuidores.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Para encaminhar o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, eu queria apenas prestar esclarecimento ao deputado Fernando Torres quanto ao entendimento que ele teve do projeto.

Eu tive a oportunidade de consultar a Secretaria da Fazenda a respeito do projeto. Vejam só os senhores, vou fazer a leitura do artigo: “É vedada a utilização da nota fiscal autorizada pela Secretaria da Fazenda para acobertar saídas não autorizadas pela ANP tais como saída de combustíveis por produtor, importador, transportador, revendedor trabalhista, ou posto revendedor varejista, com destino a posto revendedor varejista ainda que pertença a mesma empresa. Parágrafo único...”

Atenção. Atenção.

(Lê) “(...) A não observância no disposto do caput deste artigo ensejará multa de 30% no valor da mercadoria.”

(O Sr. Fernando Torres se manifesta fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, Fernando, Fernando. É só uma explicação para que os colegas acompanhem. Este projeto trata-se da inaptidão na inscrição do cadastro do contribuinte no Estado da Bahia, para contribuintes que realizem operações com derivados de petróleo, gás natural e combustível líquido carburante e dá outras providências.

O projeto é para quem adultera, repito, quem adultera o combustível. Se houver a comprovação da adulteração do combustível no transporte, a Secretaria da Fazenda vai tornar inapto no cadastro de contribuinte do ICMS o posto que adulterar o

combustível.

O Sr. Fernando Torres:- Mas o projeto não fala em adulterar, não, Excelência.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- É adulteração de combustível.

O Sr. Fernando Torres:- Mas, aí, não fala no projeto.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Então, vamos pegar a lei e dar um tempo, Sr. Presidente. Permita-nos.

O Sr. Fernando Torres:- Não. O projeto é outra coisa aí.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Permita-me...

O Sr. Fernando Torres:- Aí, o projeto não fala que é adulteração de combustível. Eu não subi à tribuna para defender adulterador, não. Eu subi à tribuna para defender a livre concorrência.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Eu sei.

O Sr. Fernando Torres:- Não foi para defender adulterador.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Eu estou dizendo que o projeto...

O Sr. Fernando Torres:- O projeto não tem isso, Excelência.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Não, na lei diz...

O Sr. Fernando Torres:- Sim.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Porque a lei...

O Sr. Fernando Torres:- O artigo que está sendo mudado não tem isso. O artigo que está sendo mudado diz que quem tem uma rede de postos não pode transferir produto para outro posto da mesma rede. Isso é um absurdo, Excelência, desde quando a livre concorrência acaba. Isso, com certeza, fará com que subam os preços dos combustíveis na Bahia e vão culpar os donos de postos,. A culpa aí é do governo, exclusivamente do governo.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, eu vou pedir a suspensão da sessão ao deputado Gildásio.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Apenas nesta questão para prestar esclarecimentos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Esperem aí. Eu vou fazer o seguinte...

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Vamos suspender a sessão por 30 minutos para esclarecer este assunto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- (...) Eu vou sugerir aqui, deputado...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- (...) Se V.Ex^a concordar...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Não. O projeto está tramitando aqui há mais de 60 dias. Não é projeto da convocação extraordinária, não. Ele está tramitando, repito, tramitando.

(O Sr. Fernando Torres se manifesta fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Deputado Fernando, permita-me. O projeto não foi incluído na convocação extraordinária. Ele está tramitando regularmente. Foi votada a prioridade. Agora, eu estou propondo a suspensão, por 30 minutos apenas

para esclarecimento. Só isso, para elucidação de dúvidas. Mas o projeto está tramitando.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Waldenor, se V.Ex^a concordar... Vejam bem, o clima aqui está... Vejam bem, se V.Ex^{as} concordarem, o projeto já está discutido, já está apto para votar. Podemos deixar para ser o último a votar hoje, para que V.Ex^a convença o deputado Fernando Torres. Se V.Ex^a concordar, será votado hoje.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, deputado Fernando Torres, vamos para a leitura. Eu já descobri a leitura aqui, apenas ela rapidamente. Olhem a leitura, deputado Gildásio Penedo. Deputado Fernando Torres, eu queria pedir a sua atenção. Por favor, Deputado Fernando Torres. Eu passarei para V.Ex^a.

(O Sr. Fernando Torres fala fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Eu passarei para V.Ex^a.

(O Sr. Fernando Torres fala fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Eu quero só a atenção de V.Ex^a, deputado Fernando Torres. Olhe a leitura do artigo, deputado Marcelo Nilo.

(O Sr. Fernando Torres fala fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- (Lê) “É vedado...”

(Várias pessoas falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Deputado, por favor, eu estou sendo educado com V.Ex^a. É só para ouvir.

(Lê) “É vedada a utilização de nota fiscal autorizada pela Secretaria da Fazenda para acobertar saídas não autorizadas pela ANP.”

Vejam, repito, saídas não autorizadas pela ANP. O que quer dizer: (lê) “(...) saídas não autorizadas pela ANP”?São saídas que estão transportando o produto que não é autorizado pela ANP. Portanto, é aí que está a explicação da adulteração, viu, deputado Fernando Torres.

(O Sr. Fernando Torres se manifesta fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Eu não posso conceder aparte. Estou encaminhando. Então, o projeto é claro, está bem claro...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está em discussão. Está em discussão já.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Eu estava encaminhando.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. Está em...

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Está em discussão?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está em discussão.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Eu estava encaminhando. Eu pedi a V.Ex^a para encaminhar.

(Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É verdade. É verdade.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, eu pedi a V.Ex^a para encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É verdade. Ninguém se inscreveu para falar.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Ninguém se inscreveu.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só o deputado Fernando Torres. Aí, o deputado Waldenor tem razão. Já estava no encaminhamento.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Eu estou encaminhando.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Waldenor, eu vou propor... Deputado Waldenor, se V.Ex^a me permitir...

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Eu propus. Fiz uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O que V.Ex^a propõe?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Eu proponho que seja suspensa esta discussão por 30 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, passemos para o projeto seguinte enquanto V.Ex^{as} discutem. É isso que eu estou sugerindo.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- É isso. Eu vou explicar ao deputado Fernando Torres que o texto é claro. O texto é claro, não há dúvidas.

(Várias pessoas falam ao mesmo tempo fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados, o deputado Waldenor concorda e o deputado Gildásio também, juntamente com os deputados Elmar e Carletto. Vamos fazer o seguinte: retirar este projeto. Boto outro. Nesse tempo, o deputado Waldenor convence o deputado Fernando Torres e votaremos ele por último.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- É isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já está pronto para ser votado. Certo?

O Sr. Luiz de Deus:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Luiz de Deus:- Presidente, eu fiz parte da CPI dos Combustíveis e o que ocorre é o seguinte: a ANP não permite a transferência de combustível de um posto para outro por um motivo muito simples. Quando V.Ex^a chega a um posto com de bandeira Petrobras/ Shell, sabe que está usando um combustível distribuído pela Shell. Na hora em que faz a transferência de posto para posto, não existe mais a segurança do consumidor que, realmente, está utilizando um combustível de tal bandeira. Está aí a explicação, acredito que esclarece a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, então, façamos o seguinte: eu vou suspender este projeto provisoriamente. Passo para o seguinte. Já está pronto para ser votado. Votaremos este por último. E os deputados Waldenor e Fernando Torres conversam. Combinados? Aprovado?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo projeto, de número 17.650/2008, de procedência do Poder Executivo, que institui o Programa Estadual para Apoio à Prática do Esporte, Bolsa Esporte, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 17.650/2008

Institui o Programa Estadual para Apoio à Prática do Esporte - Bolsa Esporte e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º -Fica instituído, no âmbito do Estado da Bahia, o Programa Estadual Apoio à Prática do Esporte - Bolsa Esporte, com o objetivo de incentivar os atletas e paratletas residentes no Estado da Bahia à prática de esportes olímpicos, paraolímpicos e outros, como meio de promoção social, possibilitando um suporte para o treinamento e participação em competições regionais, nacionais e internacionais.

Art. 2º- O Bolsa Esporte consiste em incentivo financeiro e técnico, fornecido pelo Estado, por intermédio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, através da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - SUDESB.

Art. 3º- O benefício financeiro de que trata o artigo anterior será concedido através de bolsas remuneradas, mensalmente, observado o escalonamento abaixo discriminado:

Categoria Internacional A: atleta olímpico, paraolímpico e mundial adulto, bolsa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

Categoria Internacional B: atleta pan-americano, parapan-americano adulto e, mundial júnior ou juvenil, bolsa no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais);

Categoria Internacional C: atleta e paratleta sul-americano adulto e pan-americano júnior ou juvenil, bolsa no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais);

Categoria Nacional A: atleta e paratleta nacional adulto, bolsa no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais);

Categoria Nacional B: atleta e paratleta nacional júnior e juvenil ou infantil internacional, bolsa no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais);

Categoria Talento Esportivo: Bolsa Institucional no valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

§ 1º - A bolsa terá a duração de 01 (um) ano e, findo o prazo, o atleta e o paratleta serão reavaliados, podendo ser renovada ou não, conforme o seu desempenho, observado o procedimento disposto em regulamento.

§ 2º - O escalonamento previsto neste artigo seguirá as normas dos organismos internacionais e nacionais competentes para seleção dos respectivos atletas.

Art. 4º - A participação no Programa Bolsa Esporte não constituirá vínculo com o Estado da Bahia, nem qualquer outra obrigação de natureza trabalhista.

Art. 5º - Serão beneficiários do Bolsa Esporte os atletas e paratletas, radicados no Estado, desde a iniciação até o alto rendimento e que atendam os pré-requisitos definidos abaixo:

apresentar plano anual de participação em competições da modalidade e de preparação ou treinamento;

ter autorização do pai ou responsável, no caso de atleta ou paratleta menor de 18 (dezoito) anos;

apresentar bom desempenho escolar, no caso de atleta ou paratleta menor de 18 (dezoito) anos;

não ser sofrido penalidade imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação das modalidades correspondentes, no último biênio;

estar filiado à Federação Baiana da sua modalidade;

comprometer-se a representar o Estado em competições e eventos promovidos

ou considerados de interesse da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE e da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - SUDESB.

§ 1º - Dentre os critérios de seleção, a capacidade técnica dos atletas e paratletas deverá ser priorizada.

§ 2º - Os atletas e paratletas beneficiados por este Programa dedicar-se-ão, exclusivamente, aos estudos, enquanto forem discentes, e à prática de esporte.

§ 3º - Para efeito desta Lei, os paratletas serão divididos em auditivos, mentais, físicos e visuais, representado, cada um, por sua respectiva associação ou órgão legalmente constituído.

§ 4º - As categorias infantil, juvenil, júnior e adulto, para efeito desta Lei, serão definidas de acordo com a faixa etária, na forma do regulamento.

Art. 6º -A concessão do Bolsa Esporte será disponibilizada em duas formas:

I - Bolsas de Demanda Social;

II - Bolsas Institucionais.

§ 1º - As Bolsas de Demanda Social são concedidas diretamente aos atletas ou paratletas, observado o critério do mérito esportivo, conforme as modalidades e categorias definidas em regulamento.

§ 2º -As Bolsas Institucionais são concedidas por ato discricionário da Comissão do Programa Bolsa Esporte com o objetivo de fomentar a prática esportiva.

§ 3º- Os treinadores dos atletas e para-atletas que competem em esportes individuais, contemplados com Bolsa de Demanda Social, receberão 10% (dez por cento) do valor da bolsa do respectivo atleta ou para-atleta, podendo acumular as gratificações de mais de um atleta ou paratleta beneficiado pelo Programa.

§ 4º - Para a concessão de Bolsa Institucional para atletas e paratletas das modalidades Ginástica Artística e Ginástica Rítmica será considerada idade mínima de 12 (doze)

anos e para concessão da Bolsa de Demanda Social, 08 (oito) anos.

Art. 7º- Serão destinadas, no mínimo, 02 (duas) e, no máximo, 08 (oito) Bolsas Institucionais por federação, de acordo com os critérios definidos no regulamento.

Parágrafo único - Na hipótese prevista neste artigo, caso o número de bolsas fique reduzido a uma, a federação terá o prazo de um mês para recompor o número de bolsas, atendendo aos requisitos desta Lei.

Art. 8º - Para efeito do disposto nesta Lei, a federação deverá estar devidamente regularizada perante o Sistema Desportivo Nacional.

Parágrafo único -No caso de existir mais de uma federação para uma mesma modalidade, será considerada aquela aceita pelo Sistema Desportivo Nacional e/ou Internacional.

Art. 9º -É vedado a concessão de mais de uma bolsa para mesmo atleta ou paratleta.

Art. 10 -Fica criada a Comissão do Programa Bolsa Esporte, para implementar os benefícios objeto desta Lei, composta de 05 (cinco) membros, a seguir indicados:

I - 01 (um) representante da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, que o coordenará;

II - 02 (dois) representantes da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - SUDESB;

III - 01 (um) representante do Conselho Regional de Educação Física - CREF;

IV - 01 (um) representante das Federações Esportivas, por indicação da SUDESB, com mandato de 02 (dois) anos, atendendo ao critério de rotatividade.

Parágrafo único -Os membros da Comissão e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, mediante

indicação do Titular do órgão ou entidades participantes.

Art. 11 - A gestão do Programa será feita pela Comissão do Programa Bolsa Esporte - CPBE, que tem por finalidade coordenar, monitorar e avaliar as ações do Programa, bem como deliberar sobre a concessão, a renovação e o desligamento de atletas e paratletas integrantes do Programa.

Art. 12 - Para a implementação do Programa instituído por esta Lei poderá o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, firmar convênio com pessoas jurídicas de direito público ou privado, com vistas ao seu aprimoramento, observada a legislação estadual pertinente.

Art. 13 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do exercício, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 14 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Convido o deputado Luiz de Deus para substituir o deputado Eliedson, para que ele possa fazer uso da palavra.

Designo o deputado Eliedson Ferreira para relatar.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- (Lê) “Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infra-Estrutura e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 17.650/2008, de autoria do Poder Executivo, o qual 'institui o Programa Estadual para Apoio à Prática do Esporte – Bolsa Esporte e dá outras providências'.

O projeto que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, propõe a instituição do Programa Estadual para Apoio à Prática do Esporte – Bolsa Esporte, 'com o objetivo de incentivar os atletas e paratletas residentes no Estado da Bahia à prática de esportes olímpicos, paraolímpicos e outros, como meio de promoção social, possibilitando um suporte para o treinamento e participação em competições

regionais, nacionais e internacionais”, segundo dispõe o art. 1º da proposição.

O Programa, a ser gerido pela Secretaria do Trabalho, Renda e Esporte – SETRE, através da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – SUDESB, e consiste em incentivo técnico e financeiro, observado, para este último, o seguinte escalonamento:

I - Categoria Internacional A: atleta olímpico, paraolímpico e mundial adulto, bolsa no valor de R\$ 2.000,00;

II - Categoria Internacional B: atleta pan-americano, parapan-americano adulto e, mundial júnior ou juvenil, bolsa no valor de R\$ 1.500,00;

III - Categoria Internacional C: atleta e paratleta sul-americano adulto e pan-americano júnior ou juvenil, bolsa no valor de R\$ 1.000,00;

IV - Categoria Nacional A: atleta e paratleta nacional adulto, bolsa no valor de R\$ 800,00;

V - Categoria Nacional B: atleta e paratleta nacional júnior e juvenil ou infantil internacional, bolsa no valor de R\$ 600,00;

VI - Categoria Talento Esportivo: Bolsa Institucional no valor de R\$ 380,00.

A bolsa terá duração de um ano, sendo os atletas e paratletas reavaliados após esse prazo, podendo ou não ser renovada, conforme o desempenho destes.

A proposição estabelece os critérios e requisitos exigidos para concessão da Bolsa e cria, ainda, a Comissão do Programa Bolsa-Esporte, que irá implementar os benefícios do Programa, composta de um representante da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, que a coordenará; dois representantes da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - Sudesb; um representante do Conselho Regional de Educação Física - CREF; um representante das Federações Esportivas, por indicação da Sudesb, com mandato de 02 (dois) anos, atendendo ao critério de rotatividade.

Trata-se, assim, de importante medida do Governo do Estado em apoio e incentivo à prática dos esportes olímpicos e paraolímpicos, com uma expectativa de atendimento de 120 atletas/ano, conforme ressalta o Sr. Governador em sua Mensagem, devendo, portanto, receber o pleno apoio dos Srs. Parlamentares desta Casa.”

O projeto não recebeu emendas. Opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, salvo maior juízo.

Sala das sessões, 7 de janeiro de 2009.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Em votação no Plenário o Projeto de Lei nº 17.650/2008, relatado pelo nobre deputado Eliedson Ferreira.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo projeto é o Projeto de Lei nº 17.651/2008, de procedência do Poder Executivo.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Infra-Estrutura e Desenvolvimento Econômico e Turismo, Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle. O projeto institui a política estadual de apoio e dá outras providências.

Para relatar a matéria designo a deputada Neusa Cadore.

A Sr^a NEUSA CADORE:- *Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infra-Estrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 17.651/2008, de autoria do Poder Executivo, o qual “Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo e dá outras providências”.*

Encaminha, à apreciação desta Casa o Exm^o Sr. Governador do Estado o projeto de lei que ora passo a relatar, instituindo, no âmbito do Estado da Bahia, Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

O Programa tem como objetivos incentivar a atividade cooperativista, fomentar a constituição, consolidação e expansão de cooperativas, estimular a captação e disponibilização de recursos financeiros e apoiar técnica e financeiramente o Cooperativismo no Estado.

A proposição prevê ainda, entre outras ações, a prestação de assistência educativa e técnica às cooperativas, o estabelecimento de incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento do cooperativismo, o apoio técnico multidisciplinar à gestão de cooperativas e a capacitação técnica e profissional em cooperativismo. Cuida, ainda, da criação do Conselho Estadual de Cooperativismo – Cecoop, órgão de natureza consultiva e deliberativa vinculado à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional, com a finalidade de planejar e avaliar as ações desenvolvidas no âmbito da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, que terá, entre suas atribuições, as de promover a articulação do Estado com a sociedade civil, no âmbito do cooperativismo; acompanhar projetos e programas desenvolvidos por órgãos e entidades da administração pública no âmbito da política de cooperativismo; propor programas e projetos para o setor; apreciar projetos apresentados pelas cooperativas e suas entidades representativas; acompanhar a aplicação de recursos alocados nos projetos e programas das cooperativas e suas entidades beneficiadas; organizar e manter um Cadastro Geral das Cooperativas no Estado.

O Conselho é constituído de 12 membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de 2 anos, permitida uma recondução, tendo na sua composição um

representante da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, que o presidirá, e um representante das seguintes Secretarias: Fazenda, Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, Desenvolvimento e Integração Regional, Indústria, Comércio e Mineração e da Educação; além desses, haverá ainda um representante da Agência de Fomento do Estado da Bahia – Desenbahia, dois representantes da Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – OCEB, dois representantes da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia – Unicafes e um representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado da Bahia – Sebrae/BA.

Trata-se, assim, de importante iniciativa do governo do Estado, voltada para o incremento do cooperativismo no nosso Estado e expansão da pequena produção.

*A proposição não recebeu emendas. No entanto, constatando a necessidade de algumas alterações no seu texto, apresento, na condição de Relator, a seguinte emenda: **Emenda de Relator:***

O caput do art. 11 e os arts. 13 e 14 do Projeto de Lei nº 17.651/2008 passam a ter a seguinte redação:”

“Art. 11 – Fica criado o Conselho Estadual de Cooperativismo – CECOOP, órgão de natureza consultiva e deliberativa vinculado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, com a finalidade de planejar e avaliar as ações desenvolvidas no âmbito da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, com as seguintes atribuições:”

Art. 13 – Junto ao CECOOP funcionará uma Secretaria Executiva, com atribuições definidas no regimento interno, cujo titular será designado pelo Secretário de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.

Art. 14 – Os meios necessários ao adequado funcionamento técnico e administrativo do CECOOP correrão por conta da SETRE.

Justificativa:

As novas redações ao caput do art. 11 e ao art. 14 visam compatibilizar esses artigos com o teor do art. 12 do projeto, o qual prevê como presidente do Conselho Estadual de Cooperativismo – CECOOP – um representante da Secretaria de Transporte, Emprego, Renda e Esporte - SETRE. Já a alteração proposta ao art. 13 decorre do fato de que a constituição do Conselho, prevista no art. 12, não exige que o representante da SETRE, o qual será o presidente do CECOOP, seja o titular da Pasta de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, de modo que não se mostra razoável o Secretário de Estado exercer a titularidade da Secretaria Executiva, órgão de execução, mas sim designar alguém para desempenhar tal atividade junto ao Conselho.

Ante o exposto, opino pela aprovação do projeto ora relatado com as alterações propostas pela emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 7 de janeiro de 2009.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões o parecer da nobre deputada Neusa Cadore. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado a unanimidade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Projeto de Lei nº 17.651/2008, de autoria do Poder Executivo, que institui a política Estadual de Apoio ao Cooperativismo e dá outras providências.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 17.651/2009

Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO COOPERATIVISMO

Art. 1º - Fica instituída no Estado da Bahia a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo como o conjunto de princípios, diretrizes, regras e ações a cargo dos diversos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado da Bahia, com os seguintes objetivos:

I - incentivar a atividade cooperativista e contribuir para o seu desenvolvimento no Estado da Bahia;

II - fomentar e apoiar a constituição, a consolidação e a expansão de cooperativas no Estado;

III - estimular a captação e a disponibilização de recursos financeiros destinados a apoiar ações desta Política;

IV - apoiar técnica e operacionalmente o cooperativismo no Estado, promovendo as parcerias necessárias ao seu desenvolvimento.

Art. 2º - A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo tem como base

os seguintes princípios e diretrizes:

I - prevalência de ações de natureza emancipatória;

II - perenização das ações de fomento ao cooperativismo;

III - progressiva regularização das sociedades cooperativas;

IV - articulação das ações entre os diferentes órgãos e instituições da administração pública direta e indireta.

Art. 3º - São beneficiárias da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo as cooperativas com sede e atuação no Estado da Bahia, e seus respectivos sócios.

CAPÍTULO II

DOS ESTÍMULOS AO COOPERATIVISMO

Art. 4º - Para efetivar a Política instituída por esta Lei, compete ao Poder Público Estadual, através dos órgãos e entidades da administração direta e indireta:

I - prestar assistência educativa e técnica às cooperativas sediadas no Estado;

II - estabelecer incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento do cooperativismo, inclusive mediante a abertura de linhas de crédito específicas e concessão de tratamento fiscal diferenciado, na forma da lei;

III - promover o estreitamento das relações das cooperativas entre si, com seus parceiros e com o poder público estadual;

IV - promover a formação e a capacitação técnica e profissional em cooperativismo, bem como em gestão e operação de tecnologias aplicadas a processos econômicos cooperativos;

V - estimular a inclusão de estudos sobre cooperativismo nos ensinos fundamental, médio e superior, bem como na educação profissional e tecnológica;

VI - proporcionar apoio técnico multidisciplinar à incubação e gestão de

cooperativas;

VII - autorizar, permitir, ceder e conceder o uso de bens públicos a cooperativas, na forma da lei.

Parágrafo único - As ações previstas neste artigo poderão ser executadas mediante contratos e/ou convênios, conforme o caso, na forma da legislação em vigor.

Art. 5º - É obrigatório o registro das cooperativas nos órgãos tributários, com a emissão da respectiva inscrição, se assim o justificar a natureza da atividade desenvolvida.

Art. 6º - O Poder Executivo Estadual adotará mecanismos de incentivo financeiro às cooperativas, a fim de viabilizar a criação, manutenção e o desenvolvimento do sistema cooperativo do Estado da Bahia.

Art. 7º - Para financiar os programas de estímulo ou promoção das atividades das cooperativas, o Poder Executivo Estadual utilizará os recursos contemplados no orçamento, especificamente previstos no Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE, nos termos do Decreto Estadual nº 7.798, de 05 de maio de 2000.

Art. 8º - O Poder Público Estadual poderá conceder tratamento diferenciado para as cooperativas de pequeno porte e que atuem com os segmentos mais frágeis da economia, priorizando-as no acesso a recursos públicos e de crédito, e simplificando as exigências contábeis para o exercício de suas atividades.

Parágrafo único - O Poder Executivo Estadual estabelecerá em regulamento próprio os critérios para a classificação e enquadramento das cooperativas de que trata o *caput* deste artigo, podendo estes critérios ser diferenciados a depender do ramo de atividade.

Art. 9º - As cooperativas legalmente constituídas no Estado da Bahia poderão participar dos processos licitatórios promovidos pelo Estado, sendo que as exigências relativas a capital social mínimo passam a ter por referência o patrimônio líquido das cooperativas, vedada, em qualquer caso, a sua contratação para a execução de atividades que demandem prestação de trabalho subordinado.

Art. 10 - O Poder Público Estadual incentivará o estudo do cooperativismo na sua rede de ensino por meio do:

I -exercício de práticas pedagógicas sobre o cooperativismo;

II -fomento e manutenção de cooperativas escolares e escolas, na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO

Art. 11 - Fica criado o Conselho Estadual de Cooperativismo - CECOOP, órgão de natureza consultiva e deliberativa vinculado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, com a finalidade de planejar e avaliar as ações desenvolvidas no âmbito da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, com as seguintes atribuições:

I - promover a articulação do Estado da Bahia com a sociedade civil, no âmbito do cooperativismo;

II -acompanhar projetos e programas desenvolvidos por órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta do Estado da Bahia, no âmbito da Política de que trata esta Lei;

III - avaliar e emitir pareceres acerca do planejamento e da execução de projetos e programas no âmbito desta Política, desde que consultado por instituição representativa do cooperativismo ou por órgãos ou entidades da administração

pública direta ou indireta;

IV - propor projetos e programas aos órgãos e entidades responsáveis pela implementação da Política de que trata esta lei;

V - propor medidas e encaminhamentos relacionados ao desenvolvimento da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, em prol do desenvolvimento e consolidação das cooperativas no Estado;

VI - apreciar os projetos apresentados pelas cooperativas e suas entidades representativas;

VII - acompanhar as aplicações dos recursos alocados nos projetos e programas das cooperativas e suas entidades beneficiadas;

VIII - promover estudos e pesquisas de forma a contribuir com o desenvolvimento da atividade cooperativista;

IX - organizar e manter atualizado um Cadastro Geral das Cooperativas no Estado da Bahia;

X - promover a articulação das ações concebidas e executadas nos diferentes órgãos e entidades da administração pública direta e indireta;

XI - elaborar e aprovar seu regimento interno.

Art. 12 - O CECOOP é constituído de 12 (doze) membros titulares, e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado da Bahia para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período, mediante indicação dos Titulares máximos dos seguintes órgãos e entidades:

I - 01 (um) representante da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, que o presidirá;

II -01 (um) representante da Secretaria da Fazenda - SEFAZ;

III - 01 (um) representante da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI;

IV - 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR;

V -01 (um) representante da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - SICM;

VI - 01 (um) representante da Secretaria da Educação - SEC;

VII -01 (um) representante da Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A - DESENBAHIA;

VIII - 02 (dois) representantes da Organização das Cooperativas do Estado da Bahia - OCEB;

IX - 02 (dois) representantes da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia - UNICAFES;

X -01 (um) representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado da Bahia - SEBRAE/BA.

Parágrafo único - O regimento interno do Conselho Estadual de

Cooperativismo, por ele aprovado, detalhará as suas competências e normas de funcionamento.

Art. 13 - Junto ao CECOOP funcionará uma Secretaria Executiva, com atribuições definidas no regimento interno, cujo Titular será designado pelo Secretário de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.

Art. 14 - Os meios necessários ao adequado funcionamento técnico e administrativo do CECOOP correrão por conta da SETRE.

Art. 15 - As deliberações do CECOOP serão tomadas em forma de resolução, por decisão da maioria absoluta de seus membros.

Art. 16 - A participação dos membros do CECOOP será considerada de relevante interesse público, não remunerada.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - O Poder Executivo Estadual regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 18 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 07 de janeiro de 2009

Deputada Neuza Cadore

Relatora

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado a unanimidade.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, em entendimento com o Líder da Minoria...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gildásio Penedo, ouça o deputado Waldenor. Deputado Fernando Torres, por favor.

O Sr. Waldenor Pereira:- (...), deputado Gildásio Penedo, nós acordamos que esse projeto que causou...

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Foi a Bancada.

O Sr. Waldenor Pereira:- Só posso fazer acordo com o Líder, não é verdade?

Já comuniquei ao deputado Fernando Torres, mas o acordo é com o deputado Gildásio Penedo. Vamos retirar o projeto para incluirmos na pauta de quarta-feira da próxima semana.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Waldenor, só para eu entender, V.Ex^a está...

O Sr. Waldenor Pereira:- Vamos incluir esse projeto na quarta-feira da próxima semana, antes disso vamos organizar uma agenda com a participação do presidente do sindicato dos combustíveis, com o representante da Secretaria da Fazenda para esclarecimento sobre o projeto e voltamos a colocá-lo em pauta na próxima quarta-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os Líderes partidários concordam com a proposta do deputado Waldenor Pereira? Todos os Líderes concordam. Aprovado a unanimidade. Fica esse projeto já discutido, encaminhado para a próxima quarta-feira.

Parabenizo os Líderes partidários por terem tomado essa decisão, que eu acho que é a mais sensata.

Gostaria de parabenizar os 61 parlamentares que estiveram nesta tarde-noite aqui participando da votação.

O Sr. Javier Alfaya:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Javier Alfaya:- Sr. Presidente, eu tinha apresentado no meu discurso, deputado Marcelo, anunciei que apresentaria uma proposta de moção e não a quero fazer com autoria exclusiva minha. Estou solicitando aos deputados e deputadas que concordem aqui com uma moção de solidariedade ao povo palestino pela paz do Oriente Médio. Eu fiz uma redação bastante ampla para que pudéssemos contemplar as diversas visões que existem sobre o conflito e centrando pela paz, que é o que interessa neste momento.

Então, peço aos Srs. Deputados e às Sr^{as} Deputadas que subscrevam a moção – não será uma moção de Javier, mas dos deputados e deputadas que quiserem subscrevê-la – para que a Mesa possa apreciá-la, deputado Marcelo Nilo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica o registro feito por V.Ex^a.

Os deputados que quiserem prestar solidariedade ao povo palestino, o documento se encontra ao lado do deputado Javier Alfaya.

Parabenizo todos os 61 parlamentares que estiveram presentes nesta tarde/noite, votando os projetos, e desejo uma boa noite para todos.

Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*